



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

<b>ORIGEM DA LICITAÇÃO:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026
<b>PROCESSO Nº:</b>	P178623/2025
<b>OBJETO:</b>	CONSTITUI O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETO, INSTALAÇÃO, LICENCIAMENTO DE SISTEMAS E SUPORTE TÉCNICO PARA A COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, A INCLUSÃO DE RECURSO DE ACESSIBILIDADE, O FORNECIMENTO DE TODOS OS SOFTWARES NECESSÁRIOS E A INTEGRAÇÃO DE TODOS OS SETORES ATRAVÉS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **15.604**, de 28 de março de 2023 e **13.735**, de 18 de janeiro de 2016 na **Lei Federal nº 14.133**, de 01 de abril de 2021 e na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DO OBJETO:** SERVIÇO COMUM.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**\*DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sítios **compras.fortaleza.ce.gov.br** e **www.compras.gov.br**.
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: **spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br**, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

**\*DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 18/06/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 03/07/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇO:** 03/07/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DO TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo de 48 (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

## SUMÁRIO

### 1.DO OBJETO

### 2.DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

### 3.DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

### 5.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

### 6.DO JULGAMENTO

### 7.DA HABILITAÇÃO

### 8.DO TERMO DO CONTRATO

### 9.DOS RECURSOS

### 10.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

### 11.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

### 12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

### 13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026**  
**(Processo Administrativo nº P178623/2025)**

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETO, INSTALAÇÃO, LICENCIAMENTO DE SISTEMAS E SUPORTE TÉCNICO PARA A COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, A INCLUSÃO DE RECURSO DE ACESSIBILIDADE, O FORNECIMENTO DE TODOS OS SOFTWARES NECESSÁRIOS E A INTEGRAÇÃO DE TODOS OS SETORES ATRAVÉS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO, de acordo com as especificações e quantitativos presentes no Termo de Referência.

**1.2.** A licitação será realizada em **ITEM ÚNICO**, conforme tabela constante do ANEXO I - Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5. O presente certame apresenta-se da seguinte forma:**

**2.5.1. O ITEM ÚNICO destina-se à AMPLA CONCORRÊNCIA**, podendo participar quaisquer interessados.

**2.5.2.** O presente certame não destinará cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, com espeque no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, devido a particularidade do objeto licitado, conforme justificativa constante no **ANEXO II - JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME e EPP REFERENTE AO CERTAME** deste Edital.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.7.** Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

**2.8.** Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

**2.9. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.9.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.9.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.9.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.9.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.9.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.9.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.9.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.9.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.9.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme **ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA E CONSÓRCIO**;

**2.9.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.9.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.10.** O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.11.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.13.** O disposto nos itens 2.9.2 e 2.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.13.1.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.11.** A vedação de que trata o item 2.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**3.1.** Será exigida apresentação dos documentos de habilitação dos licitantes classificados.

**3.1.1.** A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**3.1.2.** A licitante cadastrada no Sistema COMPRAGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.1.3.** A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

**3.2.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá a fase de apresentação de propostas e lances.

**3.3.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.1.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.9.1 deste Edital.

**3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** A licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.6.** A falsidade da declaração, qualquer que seja, sujeitará a licitante às sanções na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.** A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VIII** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b)** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** A Proposta de Preços deverá explicitar nos campos “**VALOR UNITÁRIO (R\$)**” e “**VALOR TOTAL (R\$)**” dos preços referentes a cada item, incluído todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital;

**4.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I - Termo de Referência;

**4.1.3.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Anexo I - Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

**4.1.4.** Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

**4.2.** Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado na **ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**, presente nos autos do processo em epígrafe, que terá caráter sigiloso, conforme **JUSTIFICATIVA** constante no **ANEXO VI - JUSTIFICATIVA ORÇAMENTO SIGILOSO**, até o final da licitação e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante da **ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** Se os regimes tributários da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I - Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**a) Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.**

**b)** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**c)** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

- 5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6.** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL** do **ITEM**.
- 5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **ABERTO E FECHADO**.
- 5.12.** Para o envio de lances no pregão eletrônico com modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste edital poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**5.17.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para aplicar o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

a) Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

c) Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, na ordem: disputa final, hipótese em que os empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho, conforme regulamento; e desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; empresas brasileiras; empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; e empresas que comprovem prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**5.19.1.** Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada via sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

e) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

**5.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-

Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**d)** Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza: ([https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor\\_penalizado.asp](https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp)).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I - Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove: Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

- a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.12.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**7.1.** Os documentos previstos no Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma dalei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.5.1.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.7.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**7.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

habilitação (Instrução Normativa nº 3/2018, art 7º, parágrafo único).

**7.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, **em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.10.** A verificação no SICAF ou no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Anexo I - Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.10.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.13.** Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**8. DO TERMO DO CONTRATO:**

**8.1.** Encerrada a fase recursal, a adjudicação e a homologação desta licitação em favor da licitante classificada em primeiro lugar são de competência do titular da SELIFOR.

**8.2.** O titular da origem desta licitação poderá solicitar a titular da SELIFOR a revogação da licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

**8.3.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Minuta constante no ANEXO XI deste Edital.

**8.4.** O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**8.5.** Na assinatura do Termo de Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do pacto.

**8.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9. DOS RECURSOS:**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165da Lei nº 14.133 de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**a)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio no sistema **no prazo de até 10 (dez) minutos** do mencionado ato, sob pena de preclusão;

**b)** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

**c)** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver proposta em especial quando:
- c) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- e) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- f) deixar de apresentar amostra, caso exigida no Termo de Referência;
- g) apresentar proposta ou amostra, caso exigida no Termo de Referência, em desacordo com as especificações do edital;
- h) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- i) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- k) fraudar a licitação
- l) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**11.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**11.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**11.4.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**11.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 11.4.

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 1º** Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

**§ 2º** Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**§ 3º** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

**§ 4º** Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**§ 5º** Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade superior para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**§ 6º** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**§ 7º** Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**§ 8º** Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

**§ 9º** Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**11.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 1º** A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**§ 2º** A sanção prevista no **subitem 11.8** impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**11.9.** O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

**11.10.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

**11.11.** A apuração das responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirá os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

**12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio [spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br](https://spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br), conforme item 3 do preâmbulo, endereçados à **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

**12.3.1.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar EXCLUSIVAMENTE o procedimento do **subitem 12.3**, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

**12.4.** O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

**12.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**12.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**12.7.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**13.1.** Será divulgada Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.10.** É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

**13.11.** O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

**13.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico '[compras.fortaleza.ce.gov.br](https://compras.fortaleza.ce.gov.br)' e '[www.compras.gov.br](https://www.compras.gov.br)'.



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**13.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Apêndice I do Anexo I – Mapa de Risco

Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP

**ANEXO II - JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME e EPP REFERENTE AO CERTAME**

**ANEXO III - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO ÍNDICE APONTADO NO EDITAL**

**ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA E CONSÓRCIO**

**ANEXO V – JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA**

**ANEXO VI – JUSTIFICATIVA DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA**

**ANEXO VII – JUSTIFICATIVA ORÇAMENTO SIGILOSO**

**ANEXO VIII – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO**

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**

**ANEXO X – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO XI - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO XII - MINUTA DO CONTRATO**

**ANEXO XIII - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**ANEXO XIV – MODELO DE ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

**ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE DISPENSA / NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

**ANEXO XVI – JUSTIFICATIVA DA VISTÓRIA TÉCNICA**

Fortaleza, *data da assinatura digital*.

Gustavo de Alencar e Vicentino  
**Secretário Executivo**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
\*assinado digitalmente\*



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Nº P178623/2025**

**UNIDADE REQUISITANTE: COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de serviços de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, a inclusão de recurso de acessibilidade, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do Sistema de Gerenciamento Integrado, de acordo com as especificações e quantitativos neste Termo.

**1.2.** Essa contratação está vinculada ao atendimento às Portarias do Ministério dos Comunicações n.º 310, 188 e 312, publicadas em 27 de junho de 2006, 24 de março de 2010 e 26 de junho de 2012, respectivamente.

**1.3.** Das especificações e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO /MENSAL	VALOR GLOBAL /ANUAL
1.	Execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, a inclusão de recurso de acessibilidade, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do Sistema de Gerenciamento Integrado. Serviço por 12 meses.	SERVIÇO	1	SIGILOSO	SIGILOSO

**1.4.** Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão as deste anexo.

**1.5.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

**1.6.** Os preços propostos deverão contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo despesas diretas e indiretas, encargos sociais, tributos, custos operacionais e quaisquer outros ônus incidentes, não sendo admitidas cobranças adicionais não previstas na proposta vencedora.

**1.6.** O pagamento observará os valores efetivamente contratados, conforme a proposta vencedora e as condições estabelecidas no contrato administrativo.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**1.7.** O valor contratual poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação das propostas ou do orçamento a que a proposta se referir, utilizando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que venha a substituí-lo.

**1.8.** Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado o índice que vier a substituí-lo oficialmente ou outro que melhor reflita a variação dos custos do setor, mediante justificativa técnica.

**2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência do contrato é de 05 (cinco) anos, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

**2.3.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a natureza da prestação de serviço público com a qual se relaciona, qual seja o suporte na transmissão e a radiodifusão de TV em regime contínuo e ininterrupto com recurso de acessibilidade, o que está em direta sintonia com as atividades de comunicação social e transparência da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), por meio da Coordenadoria de Comunicação, tem a competência legal para planejar, executar e supervisionar a política de comunicação social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 15.635/2023, Art. 14, incisos I, II, IV e V. Essa atribuição inclui a gestão dos canais oficiais de comunicação, como a Rádio Web e a TV Municipal Terra do Sol, essenciais para garantir transparência e acesso à informação pública, em conformidade com o princípio constitucional da publicidade administrativa (Art. 37, CF/88).

**3.2.** A TV Terra do Sol desempenha um papel fundamental na divulgação das ações governamentais, transmissão de eventos ao vivo e na oferta de conteúdo cultural, educativo e informativo à população. Para tanto, requer sistemas de software especializados em produção jornalística, capazes de integrar as atividades de redação, estúdio e controle mestre, além de oferecer recursos de acessibilidade e permitir acesso remoto por meio de dispositivos móveis.

**3.3.** A modernização desses sistemas é imprescindível para atender às exigências do Decreto Federal nº 52.795/1963, que determina a veiculação de, no mínimo, 5% de programação noticiosa diária e a preservação dos arquivos de textos e gravações por prazos regulamentares.

**3.4.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de atualização tecnológica do parque de produção, garantindo a eficiência na elaboração, edição e exibição de conteúdos jornalísticos, bem como o cumprimento das obrigações legais. A singularidade e especialização dos sistemas, assegurando a continuidade e a qualidade



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

dos serviços prestados à população de Fortaleza. A manutenção e o aprimoramento desses canais de comunicação reforçam o compromisso da administração pública com a transparência, a democratização da informação e o atendimento ao interesse coletivo.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**4.1.** A solução proposta consiste na execução de serviços técnicos especializados para a implantação, evolução e sustentação de um conjunto de sistemas integrados de apoio às atividades da Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, estruturados sob a lógica de um Sistema de Gerenciamento Integrado.

**4.2.** A solução deverá contemplar todas as etapas do ciclo de vida do objeto, iniciando-se pelo diagnóstico e detalhamento das necessidades institucionais, incluindo o levantamento de requisitos, mapeamento dos processos de trabalho e definição das funcionalidades necessárias ao atendimento das demandas dos diversos setores da Coordenadoria, com especial atenção às atividades de gestão de conteúdos e às rotinas operacionais da TV Terra do Sol.

**4.3.** Na fase de implementação, compreende o desenvolvimento, instalação, configuração e parametrização dos sistemas, bem como o fornecimento e licenciamento dos softwares necessários, assegurando a integração entre os diferentes módulos e setores, de modo a viabilizar o fluxo contínuo e cooperativo das atividades, o compartilhamento de conteúdo e a otimização do uso de recursos humanos e tecnológicos.

**4.4.** A solução deverá ser baseada em arquitetura aberta, com utilização de banco de dados acessível pela Administração, garantindo autonomia na gestão das informações, realização de cópias de segurança e possibilidade de interoperabilidade com sistemas futuros, sem prejuízo à continuidade das operações.

**4.5.** Deverá, ainda, incorporar recursos de acessibilidade, observando as normas e diretrizes aplicáveis, de forma a assegurar o acesso universal às funcionalidades do sistema.

**4.6.** A fase de validação compreende a realização de testes, ajustes e homologação da solução, garantindo sua aderência aos requisitos definidos, bem como o adequado desempenho nas rotinas de produção, edição e distribuição de conteúdo, especialmente no contexto dinâmico das atividades de comunicação institucional.

**4.7.** Durante a fase operacional, a contratada deverá assegurar suporte técnico contínuo e serviços de manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, com vistas à adaptação permanente da solução às novas demandas, à evolução dos processos de comunicação digital e audiovisual e à melhoria contínua das ferramentas de produtividade, evitando descontinuidade operacional e retrabalho.

**4.8.** Por fim, a solução abrange a sustentação e evolução contínua do sistema, mediante desenvolvimento incremental de funcionalidades, monitoramento de desempenho e garantia de níveis adequados de disponibilidade, eficiência e segurança, assegurando a linearidade das operações e a capacidade de resposta às demandas crescentes da Coordenadoria.





EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Da Sustentabilidade:

**5.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.1.2.** Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

### 5.2. Da subcontratação

**5.2.1.** Não será admitida a subcontratação.

### 5.3. Da garantia da contratação

**5.3.1.** Será exigida a garantia da contratação nos termos estabelecidos na cláusula nona da minuta do contrato.

**5.3.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### 5.4. Vistoria

**5.4.1** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

**5.4.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**5.4.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.4.4.** O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**5.4.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5.5. Requisitos Técnicos da Solução

**5.5.1.** A solução deverá ser composta por sistemas integrados, com arquitetura aberta, garantindo interoperabilidade, escalabilidade e possibilidade de evolução contínua, vedada a adoção de soluções proprietárias fechadas que impeçam a gestão autônoma dos dados pela Administração.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**5.5.2.** O sistema deverá assegurar a integração entre os setores da Coordenadoria de Comunicação Social, permitindo o fluxo contínuo de informações, o compartilhamento de conteúdo e a gestão centralizada das atividades.

**5.5.3.** Deverá ser utilizado banco de dados acessível à Administração, assegurando:

- acesso integral às informações;
- realização de rotinas de backup;
- possibilidade de migração e integração com sistemas futuros.

**5.5.4.** A solução deverá contemplar recursos de acessibilidade, em conformidade com as normas aplicáveis, garantindo o acesso às funcionalidades por pessoas com deficiência.

**5.5.5.** Deverão ser garantidos requisitos mínimos de segurança da informação, incluindo controle de acesso, rastreabilidade de operações, integridade dos dados e proteção contra perdas ou acessos não autorizados.

**5.6. Requisitos Operacionais e de Suporte**

**5.6.1.** A contratada deverá prestar suporte técnico contínuo, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, assegurando a disponibilidade e o adequado funcionamento da solução.

**5.6.2.** Deverá ser assegurada a atualização contínua dos sistemas, de modo a acompanhar a evolução dos processos de comunicação digital e audiovisual, especialmente no contexto das atividades da TV Terra do Sol.

**5.6.3.** A solução deverá permitir ajustes e customizações ao longo da execução contratual, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** O prazo de execução do objeto contratual é de 05 (cinco) anos, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

**6.1.1.** O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/202.

**6.2.** Condições de execução

**6.2.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.2.1.1.** Início da execução do objeto dar-se à da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente;

**6.2.1.2.** Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

**6.2.1.3.** Local e horário da prestação de serviço: na sede da TV Terra do Sol, em Fortaleza.

**6.3.** Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

**6.3.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.3.1.1.** O projeto, a instalação, o licenciamento de sistemas e o suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza devem observar os módulos funcionais apontados nesta seção.

**6.4.** O projeto, a instalação, o licenciamento de sistemas e o suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social devem observar os módulos funcionais apontados nesta seção.

**6.4.1.** Licenciamento de uso para trinta estações de edição de telejornalismo para a produção de texto e exibição para os programas da TV, entre acessos fixos e móveis, em conformidade com este documento. As licenças de uso devem contemplar, no mínimo, os seguintes módulos funcionais:

**6.4.1.1.** Módulo de edição de textos jornalísticos: pautas, matérias e laudas

**6.4.1.2.** Módulo de software para teleprompter

**6.4.1.3.** Módulo de software para acesso através de dispositivos móveis

**6.4.1.4.** Módulo de gerenciamento e integração entre setores

**6.4.1.5.** Módulo de gerenciamento de acervo de vídeo

**6.4.1.6.** Módulo de videografismo

**6.4.1.7.** Módulo de playout secundário

**6.4.1.8.** Módulo de monitoramento

**6.4.1.9.** Módulo para geração de legendas Closed Caption ("CC")

**6.4.1.10.** Módulo de central técnica

**6.5. SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO PARA O CONTROLE INTERNO DOS SETORES RELACIONADOS AO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO.**

**6.5.1.** São considerados objetos desta proposta as funções definidas no escopo deste documento e as funções e as alterações de sistema quando contidas neste escopo que sejam consideradas necessárias pela **CONTRATANTE** durante o período de vigência do Contrato, que inclui o suporte técnico e adequação contínua do sistema.

**6.5.1.1.** Rotinas de manutenção;

**6.5.1.2.** TV Terra do Sol. O sistema deve compreender as etapas de produção inerentes aos setores, gerenciando em tempo real a agenda, com cada tarefa possuindo seu próprio controle de entrega, a equipe envolvida, seja de forma interna ou externa, com a especificação de cada papel, os equipamentos e veículos utilizados, permitindo o controle e monitoramento de uso. O sistema deve ofertar, além do acesso simplificado aqueles necessários ao devido desempenho das atividades, a geração de relatórios de todos os fluxos, de forma analítica e sintética, com os recortes necessários a devida gestão da Coordenadoria;

**6.5.1.3.** Operações externas. São eventos institucionais realizados fora da sede da **CONTRATANTE** e que devem ser cobertos por um ou mais setores subordinados à Coordenação de Comunicação Social;



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.5.1.4.** Coordenadoria da Comunicação Social. Os dados contidos no software devem, além de oferecer ao gestor acesso em tempo real a todo o fluxo produtivo da coordenadoria, com possibilidade de comunicação com qualquer colaborador e de fazer as alterações que julgue necessárias, permitir a construção de indicadores gerais e pormenorizados de cada uma das células;

**6.5.1.5.** Fornecedores, prestadores de serviços, terceirizados e acompanhamento de obras;

**6.6. DETALHAMENTO DO SISTEMA DE EDIÇÃO PARA TELEJORNALISMO.**

**6.6.1. CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO LICENCIADA.**

**6.6.1.1.** Sistema deve fornecer solução integrada para auxiliar o processo de produção de programas e telejornais desde a elaboração da pauta até a exibição e arquivamento do conteúdo.

**6.6.1.2.** O licenciamento deve permitir o acesso simultâneo de no mínimo trinta usuários, permitindo o uso de conexões locais fixas e móveis, conexões remotas e teleprompters em qualquer proporção. Todos os módulos do sistema e a documentação devem ser disponibilizadas em português em acordo com a versão brasileira.

**6.6.1.3.** O sistema deverá permitir o cadastramento de, no mínimo, 1000 usuários que poderão acessar de forma concorrente uma das trinta licenças instaladas.

**6.6.1.4.** Deve registrar todas as ações realizadas por cada usuário, permitindo a auditoria em todas as áreas do sistema.

**6.6.1.5.** Todas as ações de edição das áreas de pautas, matérias, laudas, espelho e teleprompter devem estar associados a atalhos de teclado, promovendo agilidade em sua operação.

**6.6.1.6.** Deve haver a opção de impressão de espelho e laudas em fontes maiores.

**6.6.1.7.** Cada terminal deve executar a desconexão automática por inatividade do usuário, com tempo configurável pelo administrador do sistema.

**6.6.1.8.** A solução deve suportar nativamente a sua execução em computadores que utilizem o Sistema Operacional Microsoft Windows versão 10 ou posteriores.

**6.6.1.9.** A solução não pode apresentar incompatibilidade com o uso de programas antivírus.

**6.6.1.10.** A solução não pode apresentar incompatibilidade com o uso de programas de bloqueio do tráfego de rede.

**6.6.1.11.** O desempenho do sistema não deve ser afetado pela quantidade de usuários conectados simultaneamente.

**6.6.1.12.** A **CONTRATADA** deverá fornecer e utilizar dois servidores de aplicação idênticos instalados em configuração redundante com as seguintes características mínimas: processador Intel Core i7 ou superior, 32GB RAM, 2 discos rígidos SSD em configuração RAID-1 e sistema operacional Windows Server utilizando distribuições em produção na data de instalação.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.1.13.** Em cada servidor instalado deverá ser ativado um cliente SNMP, ou outro protocolo não-proprietário que deverá ser submetido à aprovação da **CONTRATANTE**, para integrar dados de suas condições operacionais ao processo de monitoramento técnico

**6.6.1.14.** Para a manutenção do acervo de dados, a **CONTRATADA** deverá importar todos os dados de matérias, pautas, laudas e espelhos relacionados aos sistemas de edição de telejornalismo utilizados pela **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá importar 100% do acervo de dados do sistema de gestão de atividades desde Junho/2020.

**6.6.2. ÁREAS DE EDIÇÃO DE PAUTAS PARA A ELABORAÇÃO DE REPORTAGENS.**

**6.6.2.1.** Deve ser disponibilizado um controle de pendências para as pautas em produção

**6.6.2.2.** Todos os campos de pauta poderão ser apontados como pendências.

**6.6.2.3.** Cada pendência deve possuir atributos que determinem o responsável e o prazo para sua solução.

**6.6.2.4.** A exibição das pendências deve ser realizada através de uma sinalização visual que permita a rápida identificação de sua natureza.

**6.6.2.5.** Todas as pendências devem ser apresentadas para os respectivos responsáveis quando forem usuários do sistema e realizarem a conexão ao sistema.

**6.6.2.6.** Os responsáveis podem anexar textos de comentários para cada pendência, mas apenas o editor responsável poderá considerar a pendência concluída, alterar o responsável ou modificar o prazo determinado.

**6.6.2.7.** As pautas devem possuir pelo menos os seguintes campos e links: jornal, data prevista para exibição, nome da pauta, assunto, repórter responsável, duração do vídeo relacionado, lista de usuários autorizadas para edição ou apenas visualização, endereços completos dos locais de produção, nome dos entrevistados ou participantes, texto para a listagem dos recursos materiais necessários para a produção, coordenadas geográficas para uso de navegador GPS para cada local de produção, "link" para exibição do ponto geográfico em um mapa de uso público e gratuito, texto de pauta, texto técnico da pauta - caracteres, deixas, VT's, observações, tarjas, telefones, etc. - status para indicar se existem pendências para a finalização da pauta, links para exibição de vídeos relacionados em baixa resolução.

**6.6.2.8.** O sistema deve prover uma janela de assistência para a criação de uma nova pauta. Esta janela deve apresentar todos os campos necessários para a caracterização do evento.

**6.6.2.9.** A impressão da pauta deve apontar todos os campos e suas pendências relacionadas incluindo os campos de comentários associados.

**6.6.2.10.** Deve ser oferecida uma janela para navegação entre todas as versões gravadas. As consultas às versões antigas de pautas, matérias e laudas devem ser limitadas ao proprietário ou usuário que realizou a modificação. Os editores-chefes e administradores do sistema sempre possuem acesso irrestrito ao conteúdo do controle de versões.

**6.6.3. ÁREA DE EDIÇÃO DE MATÉRIAS PARA TELEJORNAIS E PROGRAMAS**



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.3.1.** Controle de versões para todas as operações de gravação realizadas e com informações sobre data, hora, usuário responsável pela alteração e dados sobre o computador utilizado nome da rede e IP.

**6.6.3.2.** Para os usuários que não possuem acesso direto ao espelho para a inclusão de matérias, deverá ser permitido o envio de matérias para uma área temporária e visível no espelho.

**6.6.3.3.** Caberá aos editores com direito de modificação do espelho a inclusão definitiva da matéria.

**6.6.3.4.** Direito de contribuição de matérias para um espelho de telejornal ou programa será designado pelo administrador do sistema.

**6.6.3.5.** Para as matérias e laudas o sistema não deve permitir o uso de caracteres minúsculos. Todos os caracteres devem ser automaticamente convertidos para maiúsculos durante a digitação. Todos os textos copiados para a área de edição devem também ser automaticamente convertidos.

**6.6.3.6.** O sistema deve permitir a alteração do nome de matérias, pautas e laudas, entretanto o controle de versões deve registrar os nomes anteriores.

**6.6.4. SISTEMA DE PESQUISA POR JORNAL, DATA, EDITOR, ENTREVISTADOS, REPÓRTERES, RETRANCA E TEXTO LIVRE.**

**6.6.4.1.** Todos os textos gerados pelo sistema de edição devem pertencer ao universo de pesquisa para os usuários.

**6.6.4.2.** Além do conteúdo desejado em formato de texto livre, devem constituir chaves de busca para refinamento da pesquisa nome do jornal ou programa, nome do editor proprietário, data de criação, data de modificação, código da mídia de armazenamento ou data de exibição.

**6.6.4.3.** A pesquisa por nome de lauda, pauta ou matéria deve considerar válidos mesmo os nomes utilizados em versões anteriores.

**6.6.4.4.** A pesquisa deve suportar o uso de um dicionário de sinônimos.

**6.6.5. ÁREA DE MONTAGEM DE LAUDAS NO ESPELHO DE EXIBIÇÃO.**

**6.6.5.1.** Deve permitir a rápida inserção ou exclusão de marcadores de breaks para usuários com este direito de uso.

**6.6.5.2.** Apenas os usuários responsáveis pelo telejornal ou programa poderão alterar a duração do intervalo.

**6.6.5.3.** A duração padrão de um novo bloco comercial deve ser fixado em 120 segundos. Este período poderá ser alterado a qualquer momento pelos usuários gestores.

**6.6.5.4.** No perfil de cada telejornal ou programa o sistema deve permitir a definição do tempo padrão de cada break para cada semana.

**6.6.5.5.** O sistema deve criar perfis para cada telejornal, mas deve ser permitido que a quantidade de blocos comerciais seja livremente alterada pelos usuários que possuem este direito de uso.

**6.6.5.6.** O espelho deve destacar em forma de cores as pendências ativas: matérias com exibição de mídia sem que o tempo tenha sido definido, matérias com o texto de cabeça ainda não digitado, matérias com entrevistas





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

sem a duração determinada, registro de exibição de mídia sem a informação de nome do arquivo ou número da mídia.

**6.6.5.7.** Todas as alterações realizadas local ou remotamente no espelho devem ser atualizadas em todos os terminais conectados em um período não superior a cinco segundos, sem qualquer prejuízo ou intervenção à tarefa executada por qualquer usuário exceto quando for recebida uma mensagem e apenas para os destinatários relacionados pelo emissor.

**6.6.6. SOBRE O SISTEMA DE BANCO DE DADOS RELACIONAL.**

**6.6.6.1.** O sistema de banco de dados deverá ser hospedado pela estrutura interna da TI da **CONTRATANTE**, não sendo permitida a implantação de servidores de dados fora do escopo da TI.

**6.6.6.2.** Os acessos de administração serão determinados pela TI da **CONTRATANTE** e que será a única entidade com capacidade de gerenciar os recursos de acesso aos bancos de dados.

**6.6.6.3.** Caberá à **CONTRATADA** fornecer à TI os scripts de dados que efetuarão o comissionamento dos bancos de dados e não será permitida a modificação destes layouts sem a prévia autorização da TI da **CONTRATANTE**.

**6.6.6.4.** O sistema fornecido pela **CONTRATANTE** deve ser compatível, pelo menos, com as plataformas de SGBD PostgreSQL e Microsoft SQL. A plataforma definitiva será determinada de acordo com os recursos disponíveis na TI no momento da contratação.

**6.6.6.5.** Qualquer solução de repositório de dados ou aplicativo deverá ser instalada e restrita apenas aos servidores designados pela **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA**, não sendo permitida a instalação de outros computadores ou equipamentos locais ou remotos não pertencentes à **CONTRATANTE** quando exercerem a função de repositório de dados, sem sua expressa autorização.

**6.6.6.6.** Não serão permitidos armazenamentos de dados em locais fora dos servidores de dados, exceto para os metadados estritamente necessários para configuração e manutenção de perfis de uso em terminais.

**6.6.6.7.** Não será permitido o uso de qualquer computador do Departamento de Informática para a hospedagem de dados ou serviços do sistema licenciado, exceto se este departamento realizar a solicitação.

**6.6.6.8.** Para qualquer solução de SGBD reservada como parte integrante do sistema não poderá ser necessária nenhuma intervenção técnica remota. Todas as operações deverão ser realizadas através de scripts enviados diretamente com para o setor de TI da **CONTRATANTE**.

**6.6.6.9.** Em caso de necessidade de acesso urgente ao repositório de dados, a **CONTRATADA** deverá solicitar ao gestor do contrato o acionamento do suporte técnico da **CONTRATANTE** para que seja determinado o modo de acesso mais adequado de acordo com a criticidade do caso.

**6.6.6.10.** O sistema deve permitir que as cópias de segurança sejam armazenadas em mídia removível através de processos de exportação em lotes, e o processo de recuperação de dados mantidos nestas cópias deverá ser automatizado. Todos os layouts de dados e credenciais de acesso usados durante o processo de criação de cópias de segurança deverão ser previamente compartilhados com a TI da **CONTRATANTE**.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.6.11.** Todos os dados estratégicos, tais como contas de usuários, textos classificados como protegidos e perfis de jornais programas, devem ser gravados sob criptografia, tornando ineficazes as tentativas de acesso direto ao repositório de dados.

**6.6.7. EQUIPAMENTOS SERVIDORES DE APLICAÇÃO CONFIGURADOS COM REDUNDÂNCIA OPERACIONAL AUTOMÁTICA.**

**6.6.7.1.** Devem ser fornecidos e instalados dois servidores de aplicação operando em sincronismo contínuo em regime 24/7. A latência para realização do processo de sincronismo não poderá exceder 60 segundos.

**6.6.7.2.** O servidor de aplicação declarado como reserva deverá assumir integralmente a operação a partir dos computadores internos, terminais externos, tablets e teleprompters sem a necessidade de qualquer processo de sincronização ou restauração de cópias de segurança.

**6.6.8. LICENÇA DE USO SEM O PAGAMENTO DE MENSALIDADES OU RENOVAÇÕES.**

**6.6.8.1.** Os custos de implantação, ajustes, interface com equipamentos e sistemas de Licenciada, viagens, estadia, treinamento, material didático, licenças e terceiros deverão estar inclusas no valor do licenciamento, não cabendo a **CONTRATANTE** prover qualquer custeio adicional.

**6.6.8.2.** A informação sobre a necessidade de pagamento de qualquer valor adicional ao licenciamento original gerará notificação por descumprimento do valor do certame. Os atrasos de entrega decorrentes também serão registrados e poderão gerar sanções da forma determinada por lei.

**6.6.8.3.** Sendo o método de licenciamento gerado por tempo indeterminado, não deve existir qualquer processo de conexão exigido para a continuidade da operação do sistema, como também não pode ser implantada qualquer ferramenta que interrompa a operacionalidade em função de qualquer critério: alteração de versão, data limite, fuso-horário, alteração da constituição da empresa **CONTRATADA**, ou qualquer outro.

**6.6.9. FUNCIONALIDADE INTERNA INDEPENDENTE DO ESTADO DE CONEXÃO À INTERNET.**

**6.6.9.1.** Durante falhas de acesso à internet será tolerado que os acessos remotos ao sistema não obtenham êxito. Entretanto, nenhuma funcionalidade interna deve ser prejudicada em sua função ou desempenho pela ausência da conexão à internet temporária ou permanente.

**6.6.9.2.** Esta determinação torna proibida a implantação de qualquer consulta externa ou webservice para que a operação do sistema seja autorizada remotamente.

**6.6.9.3.** Não serão permitidos acessos remotos a nenhum computador da **CONTRATANTE**, sendo uma condição determinada pela política de segurança contra a ação de terceiros e classificada o não como intencional.

**6.6.10. SISTEMA DE CÓPIAS DE SEGURANÇA REALIZADAS DIARIAMENTE DE FORMA AUTOMÁTICA.**

**6.6.10.1.** O sistema deve possuir um agente que atue nos servidores e realiza de forma automatizada o processo de criação de cópias de segurança.

**6.6.10.2.** A ferramenta pode ser oferecida a partir de uma opção comercial, desde que licenciada por tempo indeterminado, não dependa de conexão à internet e o seu relacionamento seja parte integrante do licenciamento do sistema aplicativo.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.10.3.** Deve ser realizado um backup completo diário e estas cópias devem ser mantidas por um prazo não inferior a 15 dias.

**6.6.10.4.** O sistema deve informar automaticamente os usuários administradores do sistema sempre que o espaço em disco do repositório de dados representar menos que 25% da área total disponível no repositório de dados selecionado.

**6.6.10.5.** PROTEÇÃO DE MATÉRIAS E PAUTAS QUE RESTRINGEM O ACESSO APENAS AO EDITOR PROPRIETÁRIO.

**6.6.10.6.** Os nomes das pautas protegidas pelo usuário criador devem ser mantidos na listagem geral.

**6.6.10.7.** O texto e os arquivos de vídeos associados às pautas e matérias protegidas devem ser liberados apenas mediante autenticação do proprietário, de um editor-chefe ou ainda de um administrador do sistema.

**6.6.10.8.** Os itens marcados como protegidos devem ser automaticamente criptografados no banco de dados para evitar o acesso direto a estas informações.

**6.6.10.9.** Os usuários devem ser informados que os dados classificados como protegidos somente poderão ser recuperados através de suas credenciais de acesso, e que a perda destas credenciais tornará todo o conteúdo protegido por esta conta indisponível até mesmo para o setor de TI.

**6.6.10.10.** Mesmo sob a condição de proteção, todos os usuários com direito de leitura incondicional devem ter acesso aos conteúdos protegidos.

**6.6.10.11.** A leitura incondicional é um direito atribuído apenas aos editores chefes.

**6.6.10.12.** Usuários com direito de leitura incondicional não podem estender este recurso para outras contas de acesso.

**6.6.10.13.** O usuário criador deve ser informado sobre todas as consultas realizadas ao material protegido, mesmo que tenham sido realizadas por um editor-chefe ou um administrador do sistema. Este recurso garante que o material seja protegido contra a consulta indevida anônima.

**6.6.10.14.** Todos os textos protegidos devem ser gravados sob criptografia, tornando ineficazes as tentativas de acesso direto ao repositório de dados.

**6.6.10.15.** Textos protegidos não poderão ser acessados pelo sistema de teleprompter. Será necessário que a marca de proteção seja removida pelo usuário proprietário ou por um editor-chefe para que seu conteúdo seja acessível para qualquer terminal do sistema.

**6.6.10.16.** Todos os demais dados não classificados como sensíveis ou protegidos devem obrigatoriamente ser gravados de forma não criptografada, permitindo que os dados sejam extraídos de suas respectivas bases sem a dependência de qualquer camada de aplicação determinada pela **CONTRATADA**.

**6.6.11. SISTEMA DE EXIBIÇÃO EM VÍDEO TELEPROMPTER**

**6.6.11.1.** Para não criar condições limitantes à operação do sistema, as licenças para uso do teleprompter não podem ser exclusivas para esta finalidade. Todos os terminais com acesso licenciado devem automaticamente estar aptos para utilização como exibidores de TP.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.11.2.** O sistema deve permitir que as imagens geradas pela saída de vídeo sejam invertidas através de software e inseridas diretamente nos painéis montados nos tripés.

**6.6.11.3.** Os inversores de vídeo, quando necessários, serão fornecidos pela **CONTRATANTE**.

**6.6.11.4.** O exibidor de teleprompter deve ser operado em qualquer ponto físico, local ou remoto, com acesso à rede interna. Não pode haver a obrigatoriedade da presença do operador de teleprompter no mesmo estúdio, local de exibição ou nas dependências da central técnica.

**6.6.11.5.** Todos os terminais que mantiverem aberto um espelho de jornal em exibição que devem acompanhar o andamento do telejornal em tempo real a partir das operações determinadas pelo operador de teleprompter. Devem ser destacadas no espelho as informações para as matérias que estão posicionadas para exibição e de outra forma visual aquelas que efetivamente estão em processo de leitura. O tempo para a atualização do espelho para a exibição do status de exibição do teleprompter também não deve ser superior a cinco segundos.

**6.6.11.6.** O TP deverá ser utilizado em coberturas externas. Apenas um computador portátil e um monitor LCD deverão ser suficiente para sua operação, sem a necessidade de conversores de sinal de vídeo, distribuidores ou quaisquer outros dispositivos.

**6.6.11.7.** Para a operação em campo a exibição do TP deve oferecer as opções de exibição de relógio e cronômetro progressivo e regressivo para as entrevistas.

**6.6.11.8.** Cada apresentador cadastrado no sistema pode configurar a fonte e o tamanho desejado.

**6.6.11.9.** A **CONTRATADA** deverá fornecer duas licenças para um sistema de teleprompter móvel que será usado em eventos, onde um computador portátil – geralmente notebook - será utilizado como controlador e gerador de vídeo para TP através de uma saída HDMI dedicada.

**6.6.11.10.** O terminal de controle do teleprompter deve armazenar localmente todo o conteúdo do telejornal ou programa para que eventuais quedas de conexão ao servidor ou falhas em quaisquer outros pontos do sistema não prejudiquem a leitura dos apresentadores.

**6.6.11.11.** A transição entre os perfis deve ser automaticamente determinada pela lauda em exibição. A lauda informará o nome do apresentador para que o operador de teleprompter não realiza qualquer seleção durante a exibição de um jornal ou programa por vários apresentadores.

**6.6.11.12.** Os tamanhos de fonte devem ser configuráveis entre 24 e 144 pontos.

**6.6.11.13.** O sistema deve permitir o uso de qualquer família de fontes instaladas no computador de exibição.

**6.6.11.14.** O sistema deve permitir a alteração de laudas mesmo que já tenham sido carregadas para o teleprompter.

**6.6.11.15.** O teleprompter deve atualizar o conteúdo automaticamente sempre que o texto original for modificado até que ocorra o início da rolagem do texto.

**6.6.11.16.** O sistema deve permitir o controle via rede de mais de um teleprompter para atender às coberturas jornalísticas combinadas entre estúdio e áreas externas.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744****6.6.12. ACESSO AO SISTEMA DE EDIÇÃO DE TELEJORNALISMO**

**6.6.12.1.** A empresa detentora do programa aplicativo deve manter uma conta de acesso em nível máximo mesmo que todas as contas do sistema tenham sido excluídas pelos gestores locais, de forma acidental ou intencional. Este recurso impedirá que o sistema se torne inacessível ou não gerenciável após a exclusão de todos os usuários com direito de administração.

**6.6.13. VIDEOGRAFISMO**

**6.6.13.1.** O sistema de edição de telejornalismo deve possuir uma área exclusiva para os textos auxiliares e metadados, não utilizando a área de texto principal da matéria para informações sobre a geração de caracteres, dados do VT, deixas, sonoras, off's e outros recursos de edição. Esta condição garantirá a separação entre o material editorial que deverá ser enviado para o teleprompter e minimização do risco de que erros de sintaxe promovam o vazamento de informações auxiliares ou metadados.

**6.6.13.2.** O sistema deve alertar o usuário designado como operador de caracteres sobre qualquer alteração realizada na área técnica reservada exclusivamente ao GC para qualquer lauda do espelho aberto pelo operador.

**6.6.13.3.** O sistema de videografismo deve sinalizar automaticamente aos operadores todas as alterações realizadas nas áreas dos textos reservadas às tarjas de créditos, portanto o operador não precisará consultar manualmente se foram efetuadas edições nesta área. Após atualizar o sistema de videografismo, o operador deverá sinalizar que esta tarja já foi verificada e o sistema deve suspender o aviso de modificação.

**6.6.13.4.** O sistema de videografismo deve suportar os formatos de imagem PNG, BMP, JPG, JPEG, PSD, GIF, TGA, SVG, TIFF e WebP, assim como os formatos/codecs de vídeo MOV, ProRes 4444, Quicktime, DNxHR, MP4 (em H.264 e H.265), HERC, MXF e WebM.

**6.6.13.5.** O sistema de suportar diretamente a exibição de sequências de imagens, no entanto não deve exigir que os arquivos de vídeo sejam convertidos previamente para sequências de imagens. Qualquer formato de vídeo previsto no item anterior deve ser interpretado nativamente pelo sistema.

**6.6.13.6.** Para os formatos de imagem PNG, PSD, TGA, TIFF, GIF e WebP, o fundo transparente/alpha deve ser suportado nativamente pelo sistema de videografismo. A mesma compatibilidade deve existir para os formatos de vídeo ProRes, Quicktime, DNxHR, WebM e HERC.

**6.6.13.7.** Será admitido que o sistema de videografismo converta os formatos de entrada de imagens e vídeos determinados anteriormente para formatos abertos ou proprietários que sejam usados internamente para otimizar seu processamento gráfico. Entretanto, a etapa de conversão de vídeos não poderá exceder 10% do tempo de duração do material original. Para as imagens, o tempo de conversão não deve exceder dois segundos.

**6.6.13.8.** Tanto para imagens quanto para vídeos, qualquer processo de conversão para um formato interno deverá ocorrer de forma totalmente transparente e sem perdas perceptíveis de conteúdo, não exigindo a intervenção do usuário para efetuar esta etapa e nem para determinar parâmetros para a conversão.

**6.6.13.9.** O sistema deve prover a capacidade de gerar sequências PNG e TGA em 60 FPS para todas as animações criadas.





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.13.10.** O sistema de videografismo deverá ser fornecido integralmente pela **CONTRATADA**, sendo representado pelas partes correspondentes ao hardware e ao software integrantes da prestação de serviços.

**6.6.13.11.** A integração entre o sistema de jornalismo e o sistema de videografismo deve operar de forma nativa utilizando o protocolo de comunicação MOS.

**6.6.13.12.** Quaisquer servidores auxiliares necessários para a integração dos sistemas devem ser fornecidos, instalados e mantidos pela **CONTRATADA**.

**6.6.13.13.** Para a exibição de reprises em operações da emissora não assistidas por operadores, o sistema de videografismo deve ser compatível com a aplicação de playlists de efeitos para tarjas de crédito e utilizar o protocolo MOS para sincronizar seus disparos a partir da comunicação recebida recebidos pelo sistema de playout.

**6.6.13.14.** O sistema de videografismo deve atender tanto à central de produção de programas quanto ao controle mestre, e deve fornecer quatro saídas compostas pelos sinais nos padrões Key e Fill em formato 1080i5994, totalizando oito conexões de saída de vídeo SDI que serão conectadas à matriz de conexões. Quatro destas saídas - dois pares Fill/Keyer - serão comutadas para o switcher de produção de programas e quatro saídas - dois pares Fill/Keyer - serão comutadas para o switcher master. Deve ser considerado que as entradas de vídeo de qualquer switcher da CONTRATANTE não suporta o uso de keying direto e nem a geração automática do sinal key.

**6.6.13.15.** O sistema de videografismo deve ser fornecido com licenças para visualização remota dos efeitos renderizados para tarjas e elementos gráficos compostos para os telejornais.

**6.6.13.16.** Deve permitir a produção de eventos de debates com a cronometragem de eventos como pergunta, resposta, réplica e tréplica em formato de contagem regressiva ou progressiva. A contagem de cada tempo poderá ser pausada, retomada ou ajustada para um valor arbitrário durante o evento.

**6.6.13.17.** O usuário remoto deve receber imagens ou vídeos em alta qualidade como resposta às requisições de visualização de efeitos.

**6.6.13.18.** Essas licenças serão usadas pelos editores de retrancas para visualizarem em tempo real e a partir de seus terminais de texto as artes que estão sendo reservadas para cada lauda.

**6.6.13.19.** É tolerável que o sistema de videografismo administre uma fila de requisições para as renderizações das pré-visualizações gráficas, porém os usuários devem ser atendidos em até dez segundos.

**6.6.13.20.** O tempo de espera na fila de renderizações não deve impedir que o editor de texto continue sua atividade, portanto o cliente fornecido deve operar de forma assíncrona e avisar o usuário quando a renderização remota for concluída e seu resultado estiver disponível na forma de imagem ou vídeo.

**6.6.13.21.** O atendimento à fila de requisições de pré-visualizações não pode interferir no desempenho das funções do videografismo para a central de produção de programas e para o controle mestre.

**6.6.13.22.** Todas as saídas fornecidas pelo sistema de videografismo devem estar referenciadas ao sinal padrão da emissora.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.13.23.** Todos os dados de trabalho do sistema de videografismo devem ser mantidos no repositório dos demais sistemas. Se for necessária uma área de dados para materiais gráficos (imagens e vídeos), a **CONTRATADA** deverá alinhar com a TI como este recurso será implantado e como será acessível para o sistema de cópia de segurança determinado pela TI da **CONTRATANTE**. Não será permitido o uso de pastas compartilhadas que não estejam com o escopo das rotinas de suporte e backup da TI.

**6.6.13.24.** Tanto para o controle mestre quanto para a central de produção de programas o sistema de videografismo deve prover botoeiras de rápido acesso. Cada dispositivo deve possuir pelo menos 16 teclas físicas programáveis. Cada tecla deve possuir display individual LCD ou tecnologia equivalente, capaz de exibir ícones ou textos configuráveis e deve permitir a criação de múltiplos perfis ou páginas de comandos.

**6.6.13.25.** O sistema de videografismo deve fornecer um terminal de comando para o controle mestre que permita a edição de mensagens de texto quando não houver operação na central de produção de programas. A partir deste console serão disparados efeitos de logo, QR-Code e avisos crawl a qualquer momento, independentemente do status de operação do sistema de videografismo durante a produção de programas.

**6.6.13.26.** Todas as artes e grafismos disponibilizadas para o controle mestre deverão ser editadas na central de produção de programas. Não será responsabilidade do controle mestre gerar conteúdo de videografismo, portanto seu console de operação será dedicado exclusivamente para o disparo de conteúdos já preparados.

**6.6.13.27.** O sistema de videografismo deve fornecer pelo menos três licenças para produção de efeitos em regime home office, permitindo que editores em regime de sobreaviso possam criar mensagens e logos quando não houver expediente na área da central de produção de programas e edição. A verificação da qualidade do material produzido deverá ser validada pelo operador do controle mestre.

**6.6.13.28.** As operações controladas pelo master e pela central de produção de programas devem ser tratadas pelo sistema de videografismo de forma totalmente independente, e cada console não poderá acessar os canais de saída de vídeo de outro console.

**6.6.14. PLAYOUT SECUNDÁRIO**

**6.6.14.1.** O sistema de videografismo deve operar de forma exclusiva como equipamento reserva para o sistema de playout em cenários de operação degradada onde o sistema de playout primário se torne inoperante.

**6.6.14.2.** Nesta condição de operação degradada, a função de videografismo será desabilitada temporariamente e o equipamento deverá executar a playlist para a programação da emissora.

**6.6.14.3.** Caberá ao setor técnico da **CONTRATANTE** realizar os procedimentos de comutação na matriz de vídeo para intercambiar as funções de videografismo e playout para o equipamento fornecido.

**6.6.14.4.** A transição entre os modos de videografismo e playout devem ser realizadas a partir de controles de seleção simples no painel principal, disponíveis para o operador na central master da emissora, não sendo necessária nenhuma parametrização que exija a atuação da **CONTRATADA** ou de um suporte técnico especializado.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.14.5.** O sistema de arquivos de vídeo do videografismo deve suportar nativamente os formatos de vídeo utilizados no sistema de playout principal da **CONTRATANTE**, a saber: MXF e MOV nas taxas de bits de 25, 35, 50 e 100Mbps.

**6.6.15. ACESSO ÀS REDES SOCIAIS**

**6.6.15.1.** O sistema deve permitir comunicação através de protocolo RSS para automatizar o processo de sincronização das mensagens postadas pelos usuários dos perfis cadastrados pelo administrador do sistema.

**6.6.15.2.** O conteúdo dos perfis monitorados deve ser exibido em uma janela consolidada, permitindo aos editores acesso rápido e simplificado.

**6.6.15.3.** Cada usuário deverá possuir uma área de links RSS individualizada, além de compartilhar o acesso a uma área de links pública.

**6.6.15.4.** A área de links públicos deve ser gerenciada apenas pelos usuários que possuem direito de gerenciamento sobre o recurso RSS.

**6.6.16. ACESSO REMOTO VIA INTERNET PARA USUÁRIOS AUTORIZADOS.**

**6.6.16.1.** O sistema deve diferenciar automaticamente os acessos locais e remotos à rede da licenciada.

**6.6.16.2.** A licenciada poderá cadastrar quantas redes internas forem necessárias para cobrir todos os ambientes em que o sistema será operado de forma local.

**6.6.16.3.** Para os acessos externos as credenciais de acesso dos usuários internos não serão válidas.

**6.6.16.4.** Sob qualquer hipótese um usuário externo mesmo administrador do sistema não poderá efetuar alterações em qualquer espelho do sistema a partir de um computador não conectado à rede interna.

**6.6.16.5.** O sistema deve permitir o uso de dispositivos móveis - tablets e smartphones, para a produção de matérias de pautas.

**6.6.16.6.** A solução deverá ser compatível com os principais navegadores do mercado.

**6.6.17. ACESSO AO ESPELHO DO JORNAL ATRAVÉS DE TABLETS**

**6.6.17.1.** Os apresentadores poderão dispensar o uso de laudas impressas ao substituir esta opção pelo uso de tablets em estúdio ou áreas externas.

**6.6.17.2.** O acesso via tablet pode ser realizado por aplicativos nativos, desde que sejam disponibilizadas versões tanto para sistemas iOS quanto Android sem alterações significativas de funcionalidade, desempenho, operação e aparência da interface.

**6.6.17.3.** Os tablets devem exibir os textos em tamanho grande para a substituição das laudas impressas.

**6.6.17.4.** O uso em tablets deve possuir atalhos tanto para a rolagem do texto quanto para navegação entre as laudas do espelho.

**6.6.17.5.** Os tablets serão fornecidos pela **CONTRATANTE**.

**6.6.17.6.** O sistema da **CONTRATADA** deverá ser compatível com dispositivos equipados com os sistemas operacionais Android e iOS



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.17.7.** O funcionamento dos tablets dos apresentadores não pode depender de uma conexão à Internet, mantendo a apresentação do jornal imune aos eventuais problemas de conectividade com as redes externas.

**6.6.18. CONTROLE DE MENSAGENS CURTAS ENTRE USUÁRIOS**

**6.6.18.1.** O sistema deve permitir o envio de mensagens rápidas para os usuários conectados locais ou remotos.

**6.6.18.2.** As mensagens rápidas deverão ser exibidas em forma de janelas suspensas em todos os terminais designados pelo remetente.

**6.6.18.3.** As mensagens enviadas pelos usuários administradores não poderão ser recusadas.

**6.6.18.4.** As mensagens com solicitação de leitura podem exigir que um texto seja digitado ou uma ação do usuário seja a condição para que a janela suspensa seja liberada.

**6.6.18.5.** Será atribuição do administrador indicar quais usuários terão acesso ao sistema de envio ou recebimento de mensagens rápidas. Os direitos de envio e recebimento devem ser independentes.

**6.6.19. AGENDA DE CONTATOS PARA ENTREVISTADOS INTERNOS E EXTERNOS**

**6.6.19.1.** Todos os contatos devem ser compartilhados com todos os usuários com direitos de acesso ao conteúdo da agenda.

**6.6.19.2.** Deve permitir a criação de grupos de usuários para facilitar o envio de mensagens

**6.6.19.3.** As janelas de inclusão e consulta devem ser chamadas também durante o processo de produção de laudas, matérias ou pautas, interagindo com o editor de texto para permitir o autopreenchimento dos campos

**6.6.19.4.** Os contatos devem permitir a criação de várias versões de registros. O recurso permite que uma personalidade não perca sua identificação anterior quando seu cargo for alterado. A criação de uma nova versão inicialmente copia todos os dados da versão anterior, mas a modificação dos campos da versão gerará dois ou mais perfis profissionais ou pessoais para cada momento.

**6.6.19.5.** Um número exclusivo deve ser a chave primária desta agenda de contatos. O sistema deve permitir o uso de números que contemplem toda a faixa necessária para a representação de todos os números de CPF.

**6.6.19.6.** A associação entre registros permite a criação de árvores de relacionamento para a representação de casamentos, filiações, relacionamentos comerciais etc.

**6.6.19.7.** Cada registro de contato deve possuir no mínimo os seguintes campos: número de identificação exclusivo, nome completo, pseudônimo, endereço residencial, endereço comercial, três endereços de correio eletrônico, endereço dos web sites pessoal e comercial, foto, nomes de usuário do Facebook e Twitter, três números de telefone fixo, três números de telefones móveis, grau de relacionamento com até outros vinte números exclusivos e período em que os relacionamentos são considerados válidos.

**6.6.20. MONITORAMENTO DA AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIOS NO SISTEMA**

**6.6.20.1.** Permitir a seleção de outros usuários para monitoramento de presença



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.20.2.** O sistema deve gerar avisos imediatos quando ocorrer a autenticação de um usuário selecionado em qualquer computador da rede interna.

**6.6.20.3.** Deve ser informado o momento da conexão e o nome do computador onde o credenciamento foi informado.

**6.6.20.4.** O direito de uso para cada usuário será determinado pelo administrador do sistema.

**6.6.21. PERFIS DE USUÁRIOS**

**6.6.21.1.** Administrador: permite a criação de usuários e acesso às configurações principais do sistema

**6.6.21.2.** Master: indicado para editores chefes. Permite acesso a todas as funcionalidades do sistema em qualquer programa ou telejornal. Conexões externas são permitidas.

**6.6.21.3.** Editor: permite o acesso a todas as funcionalidades do sistema apenas aos programas e telejornais designados pelos administradores. Conexões externas são permitidas.

**6.6.21.4.** Repórter: permite o acesso a todas as matérias e pautas apenas dos programas e telejornais designados pelos administradores. Conexões externas são permitidas apenas para consulta.

**6.6.21.5.** Equipamento: permite o acesso exclusivo para leitura para todos os programas e telejornais. O acesso de leitura não permite qualquer modificação na área de texto de qualquer pauta, matéria, lauda ou espelho. Conexões externas são permitidas.

**6.6.21.6.** Produção: permite o acesso apenas de leitura a todos os textos da área de pautas apenas dos telejornais e programas designados pelos administradores. Conexões externas são permitidas.

**6.6.22. MÉTODO DE AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIOS**

**6.6.22.1.** O sistema de edição de telejornalismo deverá adotar o sistema AD (Active Directory) em uso pela **CONTRATANTE**. O método não poderá realizar a autenticação diretamente pela interface LDAP, sendo obrigatório o uso de credenciais de aplicação fornecidas pelo setor de TI da **CONTRATANTE** e a autenticação das credenciais do usuário deverão ser validadas dentro de uma sessão aberta exclusivamente pelas credenciais de aplicação criadas especificamente para o sistema de edição de telejornalismo fornecido pela **CONTRATADA**.

**6.6.22.2.** Todos os direitos de acesso dos usuários sob a operação do sistema de edição de telejornalismo deverão ser gerenciados exclusivamente através do uso de "Grupos de acesso" administrados apenas pelo servidor AD da **CONTRATANTE**.

**6.6.23. SISTEMA DE ARQUIVO E LOCALIZAÇÃO DE MÍDIAS DE EXIBIÇÃO POR REPORTAGEM E CONTEÚDO**

**6.6.23.1.** O sistema deve armazenar e permitir a consulta ao código de mídia utilizado para a exibição da matéria.

**6.6.23.2.** Serão usados códigos de fitas e cartuchos para os meios magnéticos e nomes de arquivos para os arquivos dos servidores de vídeo.

Para os processos de decupagem do material integral do jornal ou programa realizado pelo setor de arquivo de mídia, o sistema deve manter um campo para registro do código da fita armazenada em arquivo de imagens.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

Este campo poderá ser editado pelo setor de arquivo quando a fita final for gerada, substituindo o código da mídia temporária pelo código da mídia compartilhada em fitoteca.

**6.6.23.3.** Este campo deve ser exibido após a consulta de qualquer lauda ou espelho, indicando qual fita do arquivo mantém o material gravado.

**6.6.24. INTEGRAÇÃO COM SERVIDORES DE VÍDEO DA LICENCIADA**

**6.6.24.1.** O sistema de edição deve prover um controle para exibição do conteúdo em resolução SD a partir de qualquer terminal para cada lauda do espelho, matéria ou pauta cuja versão editada esteja disponível.

**6.6.24.2.** A ferramenta de exibição deve estar totalmente integrada ao espelho de exibição ou lista de matéria e pautas.

**6.6.24.3.** Não serão consideradas válidas as ferramentas de acesso indireto por navegação que exijam do usuário a manipulação e busca por nomes de arquivos para acesso à matéria desejada.

**6.6.24.4.** O conteúdo de vídeo das matérias, laudas, ou pautas protegidas por senha também deve ser exigido apenas após a autenticação do proprietário ou de um usuário master.

**6.6.25. SISTEMA DE ACERVO DE VÍDEO**

**6.6.25.1.** A CONTRATADA deverá implantar um sistema de controle de acervo de vídeo que deverá reunir todo o conteúdo transmitido pela emissora.

**6.6.25.2.** O sistema usará como repositório de dados recursos de disco que serão compartilhados pela TI da **CONTRATANTE**. Estes recursos poderão ser locais, em nuvem ou nestas duas modalidades.

**6.6.25.3.** O sistema deve promover a catalogação do acervo permitindo a inclusão de metadados que permitam a pesquisa deste conteúdo. Entre os metadados, os campos mínimos serão: descrição do conteúdo ou nome da lauda, resumo do conteúdo abordado, expressões do dicionário controlado, palavras-chaves simples (tags), códigos exclusivos de registros de participantes convidados (nome, cargo, telefone, redes sociais e email), códigos exclusivos de registros de integrantes da equipe técnica, tempo de duração, data de produção, data de exibição e vinculação com algum programa. Se o programa for um telejornal, cada lauda do acervo será vinculada a esta edição, permitindo que sejam pesquisados todos os registros de vídeos relacionados.

**6.6.25.4.** O sistema deve manter controles para os registros de participantes, do dicionário controlado, dos storages disponibilizados, dos repositórios em nuvem, dos programas/telejornais e dos colaboradores (chefes de reportagem, repórteres, editores, cinegrafistas, estagiários, operadores de drone, arquivistas e com capacidade para criar outras funções).

**6.6.25.5.** Os vídeos gerenciados pelo sistema de acervo devem ser arquivados no mínimo em duas taxas de bits: a taxa original será mantida no acervo de alta qualidade e uma taxa de 2 mbps que será usada como proxy durante as pesquisas.

**6.6.25.6.** Se a **CONTRATANTE** determinar a exportação do vídeo para um repositório em nuvem, sem prejuízo da exportação para os storages locais de alta qualidade, será determinada uma taxa de bits específica para este repositório remoto, mas comumente será definida entre 4 e 10 mbps.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.25.7.** Todos os vídeos exibidos nos terminais de consulta devem exibir uma marca d'água contendo a data e hora da consulta, o nome do computador, o IP do terminal e o nome do usuário conectado ao sistema.

**6.6.25.8.** Todos os terminais licenciados deverão ter acesso ao sistema de consulta do acervo. Entretanto, somente os usuários com permissão de acesso poderão realizar as pesquisas.

**6.6.25.9.** As pesquisas devem permitir uma combinação de parâmetros onde o usuário escolherá livremente quais campos serão pesquisados dentre todos aqueles disponíveis na base de dados. Para as palavras-chaves simples e expressões do dicionário controlado, o sistema deve permitir uma combinação de pesquisas usando os critérios lógicos "E", "OU" e "EXCETO" para combinações de até cinco expressões ou palavras chaves.

**6.6.25.10.** O sistema de acervo deve registrar todas as pesquisas realizadas pelos usuários, incluindo nome e IP do terminal, todos parâmetros de busca definidos e os resultados de cada consulta.

**6.6.25.11.** O sistema deve gerar um painel sinótico ("*dashboard*") informando as capacidades total, usadas e disponíveis para cada repositório de dados reservado para o sistema de acervo.

**6.6.25.12.** Quando solicitado um detalhamento no uso de cada recurso a partir do painel sinótico, devem ser exibidas para cada arquivo no mínimo as seguintes informações: nome, nome do programa, data de exibição, data de arquivamento original, tempo de duração, data de movimentação para o storage atual, nome do usuário arquivista, links para outros storages com outras versões deste arquivo, tamanho do arquivo, taxa de bits, descrição e resumo obtidos dos metadados do acervo.

**6.6.25.13.** O sistema deve permitir o registro de códigos de cartuchos LTO e/ou discos óticos usados como cópias de segurança para cada item do acervo.

**6.6.25.14.** O sistema de acervo deve administrar pelo menos 50 repositórios de dados, entre locais e remotos (nuvem) e os conteúdos de cada disco ótico ou cartucho LTO usado para o armazenamento de cada item.

**6.6.25.15.** O sistema de acervo deve registrar projetos de edição e animação, vídeos de animação, imagens ou sequências de imagens (selos) que devem estar associados a um programa, ao setor de produção ou à emissora.

**6.6.25.16.** Será criado um programa considerado institucional para que vídeos e imagens relacionadas à emissora sejam arquivados sem a associação direta a um programa da grade de transmissão.

**6.6.25.17.** Será criado um programa de uso técnico para que vídeos e imagens relacionadas à edição ou produção de efeitos sejam arquivados sem a associação direta a um programa da grade de transmissão.

**6.6.25.18.** Tanto para os repositórios em nuvem quanto volumes físicos em rede dentro ou fora da emissora, o sistema deve usar sua respectiva API de serviços e/ou protocolo LDAP para realizar a autenticação automática no recurso, não sendo permitido que o usuário realize este procedimento diretamente.

**6.6.25.19.** Os parâmetros e as credenciais de acesso para cada recurso de armazenamento devem ser configurados no sistema de acervo e não serão divulgadas para os usuários.

**6.6.25.20.** O sistema deve usar apenas apelidos, ou "*alias*", como referência a cada storage disponibilizado, não exibindo para os usuários características específicas de cada recurso. Estes apelidos devem ser definidos pela TI da **CONTRATANTE**.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.6.25.21.** O sistema de acervo deve permitir a movimentação de material entre repositórios, gerenciando tanto o processo de transferência de arquivos quanto a sincronização dos registros de catalogação.

**6.6.25.22.** O sistema de acervo deve permitir a movimentação de material entre discos óticos e cartuchos LTO, efetuando a sincronização dos registros de catalogação. Esta movimentação ocorrerá particularmente durante a migração de fitas em atualizações de versões LTO ou discos - ou quando ocorrer danos à mídia.

**6.6.25.23.** Quando o usuário selecionar um ou mais itens do acervo que serão usados em programas ou telejornais, o sistema deverá enviar esta seleção para que os responsáveis efetuem o processo de recuperação do material em alta qualidade e sem marca d'água e disponibilizem este conteúdo nos servidores de vídeo. Quando disponibilizados, poderão ser usados pelas ilhas de edição ou diretamente pela playlist na central de produção de programas.

**6.7. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS LEGENDAS OCULTAS**

**6.7.1.** Os serviços de produção de legendas ocultas (Closed Caption), em tempo real, devem ser prestados via sistema remoto, e de acordo com as demandas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**6.7.2.** Na sincronia no sistema CC ao vivo, o atraso máximo na legenda deve ser de até 6 (seis) segundos.

**6.7.3.** A execução dos serviços de produção de legendas ocultas (Closed Caption) deve atender as seguintes especificações:

**6.7.3.1.** A **CONTRATANTE** será responsável pela instalação do dispositivo eletrônico codificador de Closed Caption que insere as informações de texto no programa que será transmitido pela emissora (encoder).

**6.7.3.2.** A **CONTRATADA** deverá prover um sistema compatível com este equipamento;

**6.7.3.3.** A produção e veiculação do recurso de acessibilidade objetos deste Termo de Referência deverão ser realizadas com observância aos critérios e requisitos técnicos especificados na ABNT NBR 15.290/2016, norma brasileira sobre acessibilidade em comunicação na televisão criada pela Associação Brasileira de Normas Técnica ABNT.

**6.7.3.4.** O recurso de CC deve ser invisível quando não acionado no dispositivo decodificador do telespectador.

**6.7.4.** Os sistemas de CC pré-gravado ou ao vivo podem ser produzidos:

**6.7.4.1.** em tempo real, por sistema de transcrição eletrônica;

**6.7.4.2.** por estenotipia computadorizada;

**6.7.4.3.** por software de reconhecimento de voz, ou

**6.7.4.4.** por outro método compatível com os sistemas da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**6.7.5.** A inserção de textos deve observar as seguintes características:

**6.7.5.1.** Nas abreviaturas, deve ser adotada a nomenclatura padrão ABNT usada para a língua portuguesa.

**6.7.5.2.** Os caracteres devem ser adotados na cor branca, por permitir maior eficácia na leitura.

**6.7.5.3.** A tipologia deve dispor de todos os caracteres da língua portuguesa, incluindo acentos (agudo, grave, circunflexo), cedilha e til, e permitir palavras compostas e estrangeiras que utilizem as letras K, W e Y.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744****6.8. DETALHAMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO****6.8.1. OBJETIVOS**

**6.8.1.1.** O Sistema de Gerenciamento Integrado concentrará todas as atividades, demandas, pendências, ações, obras, serviços prestados por colaboradores internos ou externos e custos recorrentes ou eventuais.

**6.8.1.2.** A integração de todos os setores ligados à Coordenação de Comunicação Social deve prover aos gestores públicos uma visão sempre atualizada e precisa de todos os processos em andamento sem a necessidade de elaboração de relatórios consolidados.

**6.8.1.3.** O sistema também deve integrar as ações entre os setores, permitindo que todos os eventos sejam auditados eletronicamente e tarefas sejam delegadas para posterior verificação se os agentes designados realizaram suas atribuições da forma esperada.

**6.8.1.4.** Através do controle do inventário de todos os itens relacionados à produção da TV, o Departamento de Comunicação Social poderá realizar a gestão de seus recursos de forma transparente e eficiente, identificando a necessidade de recursos ou ainda a possibilidade de transferência destes de recursos entre setores deste departamento, tais como equipamentos de externa, veículos, mídias e a partição da TV em ações cuja divulgação atenda ao interesse público.

**6.8.1.5.** O Sistema de Gerenciamento Integrado permitirá ações sincronizadas, eletrônicas e auditáveis entre a redação da TV, as equipes de externa, os técnicos de Manutenção e os gestores do Departamento de Comunicação.

**6.8.1.6.** O Sistema de Gerenciamento Integrado deve promover o rastreamento dinâmico de todos os itens de inventário cadastrados que apresentem importância econômica ou estratégica: câmeras, microfones, equipamentos, telefones, computadores, licenças de software, equipamento de telecomunicações, equipamentos de tráfego de dados, codificadores, decodificadores, mídias de armazenamento de dados, veículos e acessórios. O rastreamento dinâmico deve permitir que qualquer item cadastrado seja imediatamente localizado e seja identificado também o colaborador momentaneamente responsável por sua guarda.

**6.8.1.7.** Deve ser adotado e continuamente alimentado por todos os setores da Coordenadoria de Comunicação. As atividades realizadas em etapas devem ser individualmente apontadas no sistema para que os gestores imediatos e a coordenação acompanhem o andamento de cada passo do processo, entre os quais são destacados: reportagens externas, andamento de obras, agendamento de entrevistas, acompanhamento de eventos, compartilhamento das agendas parlamentares, comemoração de datas significativas, registros de reclamações de telespectadores e ouvintes, registro e acompanhamento de demandas internas e externas solicitadas, agendamento e supervisão de manutenções preventivas e corretivas, aferição da eficiência do atendimento técnico, monitoramento de processos internos e acompanhamento de indicadores de falhas técnicas.

**6.8.2. DESCRIÇÃO DO SISTEMA**

**6.8.2.1.** O Sistema de Gerenciamento Técnico será uma ferramenta de apoio às operações realizadas de forma integrada pela Coordenação de Comunicação Social.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.8.2.2.** Deverá permitir o compartilhamento de informações em tempo real entre todos os usuários do sistema, promovendo a comunicação direta e eletrônica entre a Manutenção e os demais setores do Departamento de Comunicação, incluindo equipes de reportagens externas. Todas as comunicações são registradas, cronometradas e poderão ser auditadas a qualquer momento.

**6.8.2.3.** O objetivo é consolidar todas as atividades, compartilhar seu andamento para todos os usuários autorizados, realizar o registro eletrônico de todos os eventos e reduzir substancialmente a necessidade de comunicação verbal, o que reduzirá também os problemas decorrentes da falta ou da falha de comunicação. Sendo registrados e cronometrados todos os eventos, demandas e pendências, a gestão da Manutenção será amplamente facilitada. Para cada atividade a ser incluída poderá ser delegado um responsável, e eventuais dúvidas, falhas ou pendências no cumprimento de processos serão facilmente rastreados a partir deste colaborador.

**6.8.2.4.** Diante da necessidade de realizar adequações constantes às suas demandas e permitir que o Sistema de Gerenciamento Integrado possa ser continuamente adequado às novas necessidades dos sistemas internos da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá fornecer um sistema continuamente aberto às modificações que poderão ser solicitadas pela **CONTRATANTE** e realizadas pela **CONTRATADA** durante todo o período de vigência do contrato.

**6.8.2.5.** Não serão consideradas válidas as ofertas de soluções ou licenciamentos de uso para Sistemas de Gerenciamento Integrado baseadas em programas prontos e fechados, classificados como “produtos de prateleira”. Nesta configuração, não seriam permitidas alterações funcionais além das configurações básicas de operação, o que impediria o atendimento de demandas dinâmicas ao longo da vigência do Contrato.

**6.8.2.6.** A **CONTRATADA** deverá reservar recursos de programação suficientes para o atendimento destas demandas sem realizar a cobrança de valores adicionais além dos valores definidos na proposta de suporte técnico enquanto estas requisições se mantiverem dentro do escopo previsto por este documento. A **CONTRATADA** deverá reservar, no mínimo, três profissionais do setor de Tecnologia da Informação dedicados em tempo integral ao suporte técnico e ao desenvolvimento de rotinas para o Sistema de Gerenciamento Integrado. A equipe deverá conter, no mínimo, um Analista de Sistemas “*Senior*” e dois programadores classificados como “*Seniores*”.

**6.8.2.7.** O sistema executará: controle de inventário, gerenciamento das versões de hardware e software dos equipamentos, acompanhamento de obras e serviços, controle de contratos, arquivo de toda a documentação técnica e legal relacionadas à Manutenção, notificação automática de plantonistas em caso de avisos ou alarmes, controle de manutenções preventivas, compartilhamento das informações sobre o uso de rotas de vídeo, controle de chamados técnicos, controle dos direitos de acesso de cada usuário autorizado, integração das leituras obtidas através de medição remota, funções de suporte técnico que disponibilização aos usuários a solicitação de atendimento de suas demandas, controle das escalas de serviço, registro de leituras e medições, gerenciamento dos abastecimentos dos geradores em todos os sites, controle de viagens, gestão dos documentos relacionados à implantação de sites e transmissores, entre outras funções.

**6.8.2.8.** A **CONTRATADA** deverá permitir que usuários autorizados possam acessar todas as funções permitidas a partir de seus próprios dispositivos móveis ou computadores.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.8.2.9.** A **CONTRATADA** deverá realizar a instalação de interfaces de operação em configuração Interface Homem-Máquina, representadas por tablets 10,1" em todos os ambientes tecnicamente estratégicos do Departamento de Comunicação. A instalação dos dispositivos de interface em salas técnicas e de operação garantirá o acesso imediato a todas as funções do sistema sem a necessidade de deslocamento ao um computador ou ainda gerar a dependência de um dispositivo móvel para garantir a consistência dos dados administrados pelo Sistema de Gerenciamento Integrado.

**6.8.2.10.** A **CONTRATADA** deverá instalar um painel sinótico composto por um monitor com pelo menos 42" e resolução mínima 1920x1080 onde deverão ser continuamente exibidas as condições de leitura capturadas pelo sistema de telemetria, apontando de forma gráfica as medições que atendem e não atendem os parâmetros operacionais pré-definidos.

**6.8.2.11.** Todos os equipamentos que participam do processo de aquisição de dados devem ser instalados em uma rede elétrica com sistema nobreak com autonomia não inferior a duas horas para a manutenção de todos os equipamentos continuamente ligados.

**6.8.2.12.** A **CONTRATADA** deverá considerar as seguintes áreas tecnicamente estratégicas do Departamento de Comunicação e fornecer e instalar as interfaces tipo IHM em suas áreas de acesso: sala de manutenção técnica, sala de controle do master e quadro de alimentação. Além de permitirem acesso ao sistema integrado, estes dispositivos deverão exibir simultaneamente e em forma de painel telemétrico todas as leituras determinadas pela seção que trata sobre as medições remotamente monitoradas.

**6.8.2.13.** As três unidades IHM devem possuir conexões GSM 3G/4G dedicadas para permitir a comunicação e o acesso ao painel sinótico mesmo em condições de ausência de conexão à Internet.

**6.8.2.14.** As interfaces IHM podem manter suas telas ativas em regime contínuo, entretanto, em condições de queda no fornecimento elétrico que alimenta os dispositivos IHM, seu programa deve manter a tela inativa enquanto o equipamento não for utilizado, permitindo a maximização de sua autonomia de bateria.

**6.8.2.15.** Servidores que estão em constante movimento na empresa, tais como técnicos e eletricitas, poderão receber e responder eletronicamente às demandas a partir de smartphones ou de qualquer dispositivo de acesso fixo, incluindo aqueles que forem instalados em suas salas.

**6.8.2.16.** Para garantir as características de confiabilidade e resposta em tempo real, a comunicação em qualquer ponto do Departamento de Comunicação será realizada através da rede local usando pontos de acesso WiFi. Fora das dependências do Departamento de Comunicação deverão ser utilizados acessos via Internet, fixos ou móveis.

**6.8.3. TELEMETRIA**

**6.8.3.1.** Os seguintes itens de controle fazem parte do escopo deste documento, portanto devem operar de forma integrada.

**6.8.3.2.** Para que o sistema fique alinhado com as atuais práticas de gestão, serão previstos painéis de visualização tipo "dashboards" instalados na Manutenção que permitirão a visão, em contínua atualização, do acompanhamento dos processos em andamento, das sinalizações de aviso ou alarme e a alocação dos recursos disponíveis, especialmente relacionados às transmissões de TV e aos eventos externos realizados.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.8.3.3.** Deverá ser instalado um tablet 10.1" fixo em cada área técnica. As salas técnicas são representadas pelo controle mestre e sala do setor técnico. Este dispositivo permitirá que o colaborador efetue os lançamentos em tempo real, dispensando o uso do seu próprio smartphone e reduzindo os tempos envolvidos, já que o tablet estará sempre conectado e já rodando a aplicação de gerenciamento. Além da capacidade de interatividade, o tablet atuará como painel sinótico, informando ao técnico que realiza alguma manobra o status do sistema. Ao visualizar todo o cenário técnico da Manutenção, o técnico poderá realizar seu procedimento de forma mais segura e eficiente.

**6.8.3.4.** Todas as solicitações para o atendimento de demandas somente serão consideradas recebidas pela Manutenção quando um de seus colaboradores confirmar eletronicamente o recebimento do pedido. Este recebimento será atualizado em tempo real para todos os usuários. Até que este recebimento seja confirmado, o usuário não poderá considerar que o tratamento de sua demanda foi iniciado. Se, em casos excepcionais, houver uma sobrecarga de operações sobre os colaboradores da Manutenção, e um usuário considerar que sua demanda é extremamente urgente, deve estabelecer um contato direto com a equipe técnica através de chamada telefônica ou diálogo pessoal direto.

**6.8.3.5.** As permissões de acesso designadas para cada usuário determinam quais módulos poderão ser acessados, e os direitos que cada acesso possuem dentro de cada módulo. Para facilitar o gerenciamento do controle de acesso de usuários, poderão ser adotados perfis de uso previamente configurados: administrador, gerente, gerente administrativo, coordenador, auxiliar administrativo, técnico, eletricitista, auxiliar técnico, auxiliar de eletricitista, gestores da redação, editores chefes, editores, estagiário da redação, usuários da redação e operadores de cada setor atendido pela Manutenção.

**6.8.3.6.** Dentro do perfil de operação, onde a comunicação e o compartilhamento de dados em tempo real são os principais objetivos, deverão ser criados vários perfis que atendam demandas específicas e facilitem o gerenciamento do sistema. Poderão ser criados, por exemplo, perfis adequados para o núcleo de produção de programas, cinegrafistas, serviços gerais, marcenaria, obras civis, editores, repórteres, motoristas e segurança.

**6.8.3.7.** A criação de perfis tem como objetivo proteger algumas áreas de acesso contra o uso de clientes que não deveriam possuir esta permissão. Adicionalmente, a restrição de recursos também torna o uso da solução mais rápida e prática. Para os operadores envolvidos em processos que exigem rapidez, devem ser disponibilizadas ferramentas eficientes, mas cuja usabilidade seja a mais simples possível.

**6.8.3.8.** Como todas as soluções on-line que dependem do tráfego de dados, os sistemas operados em dispositivos móveis devem ser projetados para informar imediatamente o usuário sobre condições de degradação dos meios de comunicação que afetem o seu uso, indicando claramente que outros modais de contato devem ser utilizados. Esta capacidade de identificação de falhas de comunicação é uma condição fundamental para que a ferramenta de apoio não atue de forma contrária em momentos de degradação.

**6.8.3.9.** Podem ser destacadas as seguintes funções básicas do sistema de gerenciamento de processos:

**6.8.3.10.** Controle de chamados técnicos, ordens de serviço, pendências, reclamações e sugestões. Este controle cria um canal de comunicação registrando todas as demandas geradas para a Manutenção, registrando também todos os passos executados até sua conclusão, considerando o evento pendente e alertando a Manutenção até que seja finalizado





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.8.3.11.** Controle de processos da Manutenção que permite o compartilhamento de informações em tempo real para as ações da área de Expansão, uso e problemas com câmeras de trânsito, agendamento de eventos, acompanhamento de externas, integração com o módulo de gerenciamento do uso de rotas, alocação de recursos e materiais

**6.8.3.12.** Controle de utilização de rotas de vídeo. O módulo promove a alimentação e compartilhamento em tempo real das informações sobre o uso, reservas e previsão de liberação de rotas da Manutenção. Serão registrados os usuários solicitantes e os técnicos que participaram de sua ativação, assim como serão apontados detalhes relevantes que possam ocorrer durante estes processos

**6.8.3.13.** Gerenciamento do registro de leituras e medições Todas as medições e leituras realizadas em quaisquer tipos de equipamento, sejam manuais ou originadas por processos de medição remota devem ser registradas em um banco de dados. Estes registros irão gerar um histórico que permitirá a análise destas grandezas. A análise contínua deste conjunto de dados poderá detectar processos de degradação de desempenho e deverá disparar ações de correção, evitando que um quadro real de falha seja caracterizado. Todos os processos de manutenção devem consultar o histórico de dados para garantir que as condições operacionais após o procedimento estão em conformidade com o padrão registrado. Os equipamentos de captação de dados deverão ser fornecidos e instalados pela **CONTRATADA**, e apesar de serem conectados à rede Ethernet fornecida, deverão ser capazes de comunicar os eventos mesmo durante a ocorrência de perda de conexão à Internet através do meio físico. Portanto, devem possuir modems 3G/4G e serem alimentados por uma fonte no-break também fornecida pela **CONTRATADA** com autonomia suficiente para 48 horas de operação contínua com envio de mensagens de avisos e alarmes para os aplicativos dos colaboradores da área técnica, considerando também o consumo dos sensores. As leituras poderão ser obtidas através da integração com equipamentos de mercado ou ainda a partir de quaisquer outras fontes que disponibilizem seus registros de aquisição ou ainda operem sob no protocolo de gerenciamento SNMP

**6.8.3.14.** Quantidades mínimas de sensores que devem ser fornecidos e instalados:

**6.8.3.15.** 03 sensores de rede trifásica 380VAC

**6.8.3.16.** 10 sensores de rede monofásica 220VAC

**6.8.3.17.** 10 sensores de temperatura (de 0 a 60°C)

**6.8.3.18.** 15 sensores de corrente AC (de 0 a 100A)

**6.8.3.19.** Acompanhamento de obras e serviços em andamento. Módulo do Controle de Processos da Manutenção que permite realizar o acompanhamento eletrônico do andamento de obras a partir de informações alimentadas por colaboradores ou terceirizados, incluindo os registros fotográficos e de áudio e vídeo. Todos os serviços podem ser divididos em fases de execução. O sistema pode especificar a participação efetiva de cada integrante em cada parte da execução, permitindo que análises posteriores identifiquem o responsável por cada etapa da execução que compõe o serviço realizado, o que não seria possível se apenas fossem informados os nomes dos participantes, mas sem o detalhamento sobre as ações efetivamente realizadas por cada colaborador.

**6.8.3.20.** Controle de escalas de serviço. Permite programar e compartilhar informações sobre os plantões e expedientes de técnicos, eletricitas e outros colaboradores. Permite também incluir colaboradores



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

terceirizados. Este módulo fornecerá informações ao sistema que permitirá a identificação dos colaboradores responsáveis por cada turno de trabalho. Estas informações permitirão que o encaminhamento das mensagens de avisos e alarmes sejam direcionadas apenas para os responsáveis pelos plantões e seus sucessores diretos, tornando a comunicação mais específica e evitando a propagação das notificações para os colaboradores que não estão efetivamente envolvidos nestas ações

**6.8.3.21.** Controle de manutenções preventivas e preditivas. Realiza a programação de procedimentos de manutenção, incluindo a reserva de recursos necessários e os colaboradores designados. Serão enviadas notificações sobre todos os eventos concluídos e aqueles que não foram realizados de acordo com a programação realizada. As manutenções preventivas também incluem a verificação da qualidade de comunicação em links de dados e a qualidade das imagens de câmeras externas. Todas as leituras e medições obtidas durante os processos de manutenção preventiva e preditiva devem ser registradas no sistema, permitindo que os processos posteriores possam comparar estas grandezas e detectarem eventuais desvios ou degradações

**6.8.3.22.** Controle do inventário físico - cadastramento e rastreamento de ativos/patrimônio, incluindo o gerenciamento de aplicação de materiais e dispositivos. A partir da determinação do gestor, os itens designados deverão receber etiquetas RFID fornecidas pela **CONTRATANTE** que permitirão um controle preciso e até mesmo sua localização em ambientes através de leitores RFID.

**6.8.3.23.** Gerenciamento de documentação e manuais técnicos. Permite a consulta rápida ao acervo de documentos técnicos, propostas comerciais, minutas de contratos, formulários, folhas de dados, diagramas, folders, catálogos e manuais relacionados à Manutenção. Documentos não digitais poderão ser escaneados e incorporados à base do conhecimento em forma de imagens ou através de um processo de reconhecimento de caracteres OCR

**6.8.3.24.** Gerenciamento de hardware, software e redes. Controla o cadastramento e constante atualização de dados sobre servidores, estações de trabalho, equipamentos dedicados, versões dos sistemas instalados, redes de dados, parâmetros de VLAN's, plantas lógicas, links de comunicação com ou sem Internet, links dedicados, enlaces de rádio, equipamentos de broadcast e todos os dispositivos dotados de unidades de processamento relacionados a áudio, vídeo, recepção, codificação, decodificação e transmissão

**6.8.3.25.** Controle de abastecimento de geradores. Registra e controla todas as operações de abastecimento de cada gerador ou de tanques compartilhados

**6.8.3.26.** Controle de usuários e contatos e seus respectivos direitos de acesso. Promove o gerenciamento dos usuários com e sem acesso ao sistema, indicando suas permissões de uso e se será permitido o acesso fora das dependências do Departamento de Comunicação. Atua também como uma agenda de contatos, permitindo acesso rápido a colaboradores, empresas, prestadores de serviço e outros telefones úteis relacionados à Manutenção.

**6.8.3.27.** Controle de realização de compras e pagamentos de despesas. Gerencia o histórico de operações de compras e pagamentos realizados pela Manutenção.

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.8.3.28.** Gerenciamento de projetos e instalações. Efetua o acompanhamento sistemático de projetos de sites e instalações, desde os estudos preliminares até o final da implantação, incluindo os registros de plantas, diagramas, croquis e imagens.

**6.8.3.29.** Gerenciamento telemétrico centralizado para unidades de hardware e software. Permite que células de medição remota, já disponíveis ou adicionais sejam cadastradas e suas leituras possam gerar alarmes que serão encaminhados automaticamente para os usuários designados. Os alarmes de maior importância deverão ser encaminhados também para os gestores designados.

**6.8.3.30.** Controle de viagens e cobertura de eventos. Permite a programação e o acompanhamento de externas, cobertura de eventos ou reportagens especiais

**6.8.3.31.** Controle de chamados técnicos, ordens de serviço, pendências, reclamações e sugestões

**6.8.3.32.** Agenda, lembretes e controle de atividades. Permite que todos os usuários cadastrados contribuam com o apontamento de pendências, problemas ou demandas a serem tratadas. O módulo deve gerar notificações imediatas para usuários específicos de acordo com as definições determinadas pelo gestor e seguindo a escala de serviço programada.

**6.8.3.33.** Geração de ordens de serviço internas e externas. Permite a criação, edição e baixa de ordens de serviço. Deve ser integrada ao sistema de registro de agenda, lembrete e controle de atividades, ao sistema de controle de manutenção e ao sistema de escalas de serviços e plantões.

**6.8.3.34.** Reclamações apontadas por usuários cadastrados. Permite o registro de apontamentos realizados por colaboradores classificados como confiáveis fora da Manutenção.

**6.8.3.35.** Reclamações apontadas por clientes. Permite o registro de apontamentos realizados por telespectadores e colaboradores não cadastrados. Por serem informações geradas por entidades não classificadas como confiáveis, deverão ser validadas por fontes seguras antes da geração de uma ordem de serviço.

**6.8.3.36.** Área de sugestões. Permite o registro de sugestões a partir de telespectadores e colaboradores externos.

**6.8.4. CONTROLE DE PROCESSOS DO SETOR DE MANUTENÇÃO**

**6.8.4.1.** Compartilhamento de ações em tempo real. Permite que os colaboradores acompanhem o andamento de processos em curso, designem tarefas e monitorem as pendências. As demandas recebidas ao longo do dia serão convertidas em ordens de serviço. As ordens de serviço podem conter diversas ações, e cada ação poderá ser supervisionada e suas partes designadas para a execução a partir de vários colaboradores, incluindo prestadores de serviço.

**6.8.4.2.** Gerenciamento do uso das rotas e links. Permite que todas as ações relacionadas ao uso e à liberação de rotas sejam alimentadas e compartilhadas em tempo real. Serão registrados os requisitantes de cada rota, o técnico que realizou a comutação e informações sobre a previsão de liberação do recurso.

**6.8.4.3.** Acompanhamento de serviços terceirizados e obras. Permite que todos os serviços em andamento, em qualquer cidade, sejam continuamente monitorados eletronicamente. Além dos formulários de

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

acompanhamento definidos pelos gestores, o sistema permite a inclusão de imagens e campos de observações sempre que o colaborador ou o prestador de serviços considere necessário.

**6.8.5. CONTROLE DE ESCALAS DE SERVIÇO**

**6.8.5.1.** Registro e compartilhamento dos turnos de trabalho e escalas de plantões. Promove o registro e o compartilhamento de informações sobre as escalas de trabalho de colaboradores, auxiliando na coordenação de serviços e engajando também os colaboradores dos turnos de trabalho seguintes.

**6.8.5.2.** Encaminhamento de notificações para os colaboradores de acordo com a escala de serviço. As informações sobre a escala de serviço serão utilizadas eletronicamente pelos demais módulos do sistema para realizar o encaminhamento automático de eventos de alarmes e demandas dos usuários, objetivando acionar apenas os técnicos e colaboradores que estão disponíveis no horário.

**6.8.5.3.** Encaminhamento de notificações para os colaboradores de acordo com a escala de serviço. Além do envio automático para os colaboradores no plantão em curso, os avisos e alertas notificados também podem ser enviados automaticamente para os colaboradores que assumirão o plantão seguinte, garantindo que não haverá pendências para os atendimentos requisitados e que o sucesso na execução das atividades do plantão anterior foi obtido.

**6.8.6. CONTROLE DE MANUTENÇÕES CORRETIVA E PREDITIVA**

**6.8.6.1.** Torres, sites e infraestrutura. Controla os registros de todas as ações relacionadas às instalações físicas, incluindo os documentos relacionados aos estudos de implantação.

**6.8.6.2.** Gerencia o cadastro de transmissores, multiplexadores, encoders e outros equipamentos relacionados às manutenções preventivas e medições sobre equipamentos de transmissão broadcast e seus componentes associados.

**6.8.6.3.** Geradores, nobreaks e quadros de alimentação. Controla as manutenções preventivas e medições sobre equipamentos de alimentação elétrica e seus componentes associados. Para os quadros de manutenção, devem ser detectadas alterações que possam comprometer a qualidade, a segurança ou a padronização das instalações. Também devem ser realizadas leituras ou medições das correntes e tensões elétricas em horários de pico, objetivando registrar a evolução do consumo e detectar eventuais condições que possam evoluir para uma condição de sobrecarga ou desbalanceamento na distribuição dos consumidores.

**6.8.6.4.** Receptores, decodificadores, distribuidores, antenas e outros equipamentos relacionados. Controla as manutenções preventivas e medições sobre equipamentos de recepção.

**6.8.6.5.** Gerenciamento de câmeras de trânsito, rádios e outros sistemas relacionados. Efetua o registro da verificação da qualidade da captação das imagens e seus canais de comunicação realizadas pela área técnica da **CONTRATANTE**. Devem ser considerados os registros de falhas reportados pelos usuários nos dias anteriores, que podem indicar a necessidade de alteração da faixa de canais WiFi utilizada.

**6.8.6.6.** Componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos. Realiza o controle da manutenção preventiva e preditiva para todos os componentes não apontados anteriormente ou que estejam em condição de "standby".



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

#### 6.8.7. CONTROLE DE VIAGENS E COBERTURA DE EVENTOS

**6.8.7.1.** Registro de cada viagem, incluindo sua missão, resultados, pendências, equipe e recursos utilizados. Controla os apontamentos sobre agendamento de viagens e o atendimento dos recursos necessários veículos, equipamentos, componentes, motoristas, técnicos, auxiliares e terceirizados.

**6.8.7.2.** Planejamento de alocação de recursos, incluindo equipamentos, veículos, colaboradores e terceirizados

#### 6.8.8. MONITORAMENTO

**6.8.8.1.** Os acessos através de aplicativos para dispositivos móveis devem gerar notificações para os usuários técnicos a partir de regras definidas pelo gestor para o tratamento de leituras telemétricas em estações ou equipamentos.

**6.8.8.2.** Os módulos de transmissão de leituras telemétricas devem ser fornecidos e instalados pela **CONTRATADA**, assim como todos os elementos acessórios: sensores, fiação, itens de acabamento estético, controladores, switchers, roteadores, conectores etc.

**6.8.8.3.** A comunicação de dados realizada por controladoras, sensores e atuadores telemétricos deve ser realizada através de protocolo aberto SNMP v2 ou v3. Os dados do protocolo não podem ser codificados.

**6.8.8.4.** Os dados, avisos e alarmes gerados pelo sistema de monitoramento devem ser disponibilizados nos terminais das quatro áreas técnicas e através de aplicativos com capacidade de geração de notificações em segundo plano em casos de alarmes ou avisos.

**6.8.8.5.** Para qualquer cabeamento de dados com comprimento superior a 50 metros deverá ser adotada a mídia ótica e seus respectivos conversores de dados. Todos os itens utilizados e seus processos de instalação devem ser fornecidos e realizados pela **CONTRATADA**, respectivamente.

#### 6.8.9. CARACTERÍSTICAS GERAIS

**6.8.9.1.** Acesso através de sistemas iOS, Android e Web através de uma interface padronizada. Todos os sistemas devem operar na modalidade multiusuária com contribuições simultâneas e níveis de acessos diferenciáveis.

**6.8.9.2.** Os acessos via aplicativo devem anexar as informações de data, hora, informações sobre o dispositivo móvel e coordenadas geográficas em todos os registros.

**6.8.9.3.** Os acessos via Web devem anexar as informações de data, hora, informações sobre o computador e endereço IP da conexão em todos os registros.

**6.8.9.4.** Os aplicativos dispositivos móveis iOS e Android, apenas quando o usuário for autorizado para realizar o procedimento de consulta, devem ser capazes de ler etiquetas padrão "QR-Code" e encaminhare o usuário diretamente para o controle de inventário. Devem permitir também a digitação dos algarismos deste código nos casos em que as condições físicas da etiqueta impeçam sua decodificação.

**6.8.9.5.** Sistema de backup automático dos metadados. Realização de backup incremental a cada 12 horas e um backup completo a cada 24 horas. Cada backup diário completo deve ser mantido por 15 dias. Todos os backups diários completos realizados nos dias 5, 15 e 25 de dia de cada mês devem ser mantidos

#### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

indefinidamente, sendo facultado o seu armazenamento em mídia externa após 12 meses. Os recursos de armazenamento utilizados por estas cópias de segurança devem ser alinhados juntamente com o departamento de TI da **CONTRATANTE**.

**6.8.9.6.** Capacidade de exportação de todos os dados do repositório principal, incluindo metadados e conteúdo multimídia, para bases locais indicadas pela **CONTRATANTE**. O sistema deve permitir a sincronização dos dados locais de forma manual, quando solicitado, e de forma programada para execução automática.

**6.8.9.7.** Gerenciamento de permissões de acesso para os usuários. O sistema deve permitir que o gestor configure, para cada usuário, quais módulos do sistema serão acessíveis e se as informações poderão ser removidas, alteradas ou apenas consultadas. Os telefones de contato e contas de e-mail serão utilizados durante o encaminhamento de notificações de avisos e alarmes.

**6.8.9.8.** Todos os sistemas devem registrar imagens, áudio e vídeo. Todos os módulos do sistema devem suportar o recebimento de conteúdo multimídia anexo, cabendo ao gestor determinar em quais condições sua utilização será obrigatória ou facultativa.

**6.8.9.9.** Todos os componentes do inventário devem receber uma etiqueta RFID e uma etiqueta QR-Code que nunca deverão ser reutilizadas. O uso das duas tecnologias de forma simultânea permite que a ausência do leitor RFID não gere prejuízo aos procedimentos de controle. O leitor RFID será necessário quando for realizada uma varredura de ambiente para a geração do inventário local de forma automatizada.

**6.8.9.10.** O sistema deve possuir a função de consolidação da verificação do acervo técnico a cada final de expediente de produção da emissora, fornecendo avisos e alarmes sobre itens que não foram devolvidos ao estoque e cuja ausência não foi justificada.

**6.8.9.11.** Os sistemas devem ser visualizados através de uma “*timeline*” em formato calendário utilizando a modalidade de exibição por camadas. Embora o sistema possa ser instalado com vários formatos de visualização, o modelo calendário será um requisito básico. Os usuários poderão selecionar quais camadas devem ser visualizadas, tornando a consulta mais limpa e específica

**6.8.9.12.** A **CONTRATADA** deve garantir o pleno aproveitamento dos dados históricos armazenados pelo sistema de telejornalismo usado desde o ano de 2020. Será estipulado um prazo de 15 dias para a empresa vencedora apresentar para a TI da Prefeitura Municipal de Fortaleza o resultado da importação dos dados dos sistemas em uso na Coordenadoria.

**6.8.9.13.** Sendo parte integrante da solução, os dispositivos instalados deverão ser atualizados e mantidos pela **CONTRATADA** durante a vigência do contrato. Um plano de manutenção deverá ser divulgado para apreciação informando a periodicidade e o detalhamento de cada processo relacionado a este plano.

## **6.9. TREINAMENTO**

**6.9.1.** Será realizado pela **CONTRATADA** nas dependências da licenciada.

**6.9.2.** Todo o material didático será elaborado e fornecido pela **CONTRATADA**.

**6.9.3.** A **CONTRATADA** deverá prover treinamento técnico para uma equipe entre 8 e 10 colaboradores.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.9.4.** A **CONTRATADA** deverá prover treinamento editorial sobre o sistema de edição de telejornalismo para uma equipe entre 25 e 30 colaboradores.

**6.9.5.** O treinamento observará limites de duração para ampliar o índice de aproveitamento.

**6.9.6.** A carga horária do treinamento não pode ser inferior a seis nem superior a dez horas.

**6.9.7.** O treinamento deve ser ministrado entre três e cinco dias úteis consecutivos.

**6.9.8.** A duração máxima de cada treinamento diário é de duas horas.

**6.9.9.** A **CONTRATADA** deve manter um plantão de, pelo menos, duas horas por dia além do processo de treinamento para o esclarecimento de dúvidas de usuários ou gestores do sistema.

**6.10. SUPORTE TÉCNICO**

**6.10.1.** A **CONTRATADA** deve fornecer em seu licenciamento a obrigatoriedade de manutenção do seu sistema durante a vigência do contrato.

**6.10.2.** Este prazo não torna isenta a sua responsabilidade posterior se houver a constatação de que a interrupção do funcionamento ou qualquer anomalia é decorrente de algum agente originado pelo sistema licenciado, tais como limites de data de uso ou outros recursos de limitação que estão claramente proibidos pela modalidade de cessão dos direitos de uso.

**6.10.3.** Se o contato telefônico não for suficiente para o restabelecimento do sistema imediato do sistema de edição ou um de seus acessórios, a **CONTRATADA** deverá realizar a visita de manutenção às dependências da TV Terra do Sol em um período não inferior a 2 horas corridas após sua solicitação em regime 24/7/365. Considerando as características críticas da atividade exercida pela emissora, a solicitação de visita poderá ser disparada por qualquer colaborador da **CONTRATANTE**, não sendo necessário um processo de aprovação para esta requisição.

**6.10.4.** O Suporte técnico prestado pela **CONTRATADA** contemplará a assistência de avaliação técnica e atualização a todos os servidores, computadores, equipamentos, bancos de dados, softwares auxiliares, codificadores, decodificadores, equipamentos de rede e demais itens que constituam parte de seu escopo de atuação, exceto em casos em que o Departamento de Informática requisiute o acesso exclusivo a estas funções.

**6.11. VISTORIA PRÉVIA**

**6.11.1.** Os licitantes poderão vistoriar as instalações da TV Terra do Sol, em Fortaleza/CE, localizada na Rua Leonardo Mota, 2701, Fortaleza CE, CEP 60170-176, para fins de conhecimento dos locais e das dependências onde serão executados os serviços, da natureza, da área e das condições de sua execução.

**6.11.2.** O Licitante, a seu critério, poderá declinar da apresentação do Termo de Vistoria, devendo, neste caso, apresentar declaração assumindo, incondicionalmente, a responsabilidade na execução dos serviços e tudo em plena conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive sem qualquer alteração da sua proposta de preços.

**6.11.3.** A vistoria será agendada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para abertura da licitação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**6.11.4.** Por ocasião das visitas os Licitantes receberão o comprovante do Termo de Vistoria, que será assinado por servidor da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**6.11.5.** O Termo de Vistoria impossibilitará sob qualquer hipótese, reclamações posteriores do Licitante, quanto às condições em que serão prestados os serviços.

**6.12.** Especificação da garantia do serviço

**6.12.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 7. RELEVÂNCIA DOS MÓDULOS DO SISTEMA NA COMPOSIÇÃO DE CUSTO

**7.1.** A **CONTRATANTE** define na tabela abaixo a classificação de importância dos itens relacionados neste documento.

**7.2.** A solução fornecida pela **CONTRATADA** deverá estar alinhada com essa definição caso seja necessária uma adequação do contrato e a manutenção de alguns destes itens não seja considerada crítica para a operação do sistema.

Módulo	Percentual do serviço (%)
Sistema de edição de telejornalismo	26,0
Sistemas que operam no controle mestre e no estúdio da emissora (teleprompters e tablets)	11,0
Recurso de acessibilidade (legendas ocultas)	8,0
Solução de videografismo	17,0
Solução de arquivo do acervo de imagens	11,0
Monitoramento de sistemas (telemetria)	10,0
Sistema de gerenciamento integrado de atividades de produção	17,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**8.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**8.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**8.7.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**8.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**8.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**8.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**8.7.6.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**8.8.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**8.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**8.9.2.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**8.9.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**8.10.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**8.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.**

**9.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**9.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

**9.1.1.1.** Não produziu os resultados acordados;

**9.1.1.2.** Deixou de executar, ou não executou com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**9.1.1.3.** Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**9.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**9.3.** Recebimento do serviço

**9.3.1.** Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 30( trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.1.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**9.3.1.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**9.3.1.3.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**9.3.1.4.** O fiscal setorial do contrato, quando for o caso, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**9.3.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **CONTRATADA**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**9.3.2.1.** O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**9.3.2.2.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

**9.3.2.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**9.3.2.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.3.3.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**9.3.4.** Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

**9.3.4.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**9.3.4.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

**9.3.4.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**9.3.4.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**9.3.4.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**9.3.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.3.6.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**9.3.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**9.3.8. Liquidação**

**9.3.8.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**9.3.8.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

**9.3.8.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**9.3.8.2.1.** o prazo de validade;

**9.3.8.2.2.** a data da emissão;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**9.3.8.2.3.** os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**;

**9.3.8.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**9.3.8.2.5.** o valor a pagar; e

**9.3.8.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.3.8.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

**9.3.8.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

**9.3.9. Prazo de pagamento**

**9.3.9.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

**9.3.9.2.** No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos ao **CONTRATADO** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

**9.3.10. Forma de pagamento**

**9.3.10.1.** O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do **CONTRATADO**, exclusivamente no Banco Santander.

**9.3.10.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.3.10.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.3.10.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.3.11.** O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.3.12.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

**10.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**10.1.1.** O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

**10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.2.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.2.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.2.1.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.2.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**10.2.1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**10.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.2.2.2. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem igualdade de CNPJ:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou equivalente, emitida de acordo com as regras de emissão do Estado da sede da empresa licitante;



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou equivalente, emitida de acordo com as regras de emissão do Município da sede da licitante;

**10.2.2.2.1** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.2.2.2.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.2.2.2.3.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos *estaduais* ou *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.2.2.3. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE**, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da circunscrição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;

**10.2.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**10.2.2.5.** Se for o caso, o licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.2.3.2. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida por quem de competência na sede, se pessoa jurídica, ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio, se pessoa natural, da licitante, ressalvado o disposto nos subitens abaixo;

**10.2.3.2.2.** Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

**10.2.3.2.3.** A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

**10.2.3.3. BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**10.2.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura nos termos do Art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.3.5. O balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos nos termos do § 6º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.3.5.2.** Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

**10.2.3.6.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com valor igual ou superior a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**10.2.3.6.2.** Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

**10.2.3.6.3.** Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

**10.2.3.6.4.** Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

**10.2.3.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

**10.2.3.8.** Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

#### **10.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.2.4.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados considerando se tratar de serviços contínuos, admitindo-se a comprovação por meio de um ou mais atestados, inclusive relativos a execuções concomitantes, referentes a períodos sucessivos ou não, observado o período compreendido de 3 (três) anos, nos termos do §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aceitação de atestados que comprovem experiência por período superior, devendo possuir as seguintes características mínimas:

**10.2.4.2.2.** Implantação e suporte técnico para sistema de edição de jornalismo incluindo a integração das mídias de TV no mesmo projeto composto por, no mínimo, vinte estações integradas nas dependências da instalação e, no mínimo vinte usuários que utilizem a solução atestada a partir da Internet através de conexões externas.

**10.2.4.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**10.2.4.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.2.4.5.** Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

**10.3.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.2.** O custo estimado total da contratação é SIGILOSO, conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem, 1.2. deste termo sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.2.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados, a saber:

- Projeto/Atividade: 15101.04.122.0001.1003.0022;
- Elemento de Despesa: 33.90.40;
- Fonte de Recursos: 0.1.500.0000.00.01.

## **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.2.** São obrigações do **CONTRATANTE**:

**13.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos;

**13.2.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**13.2.4.** Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**13.2.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;

**13.2.6.** Comunicar o **CONTRATADO** para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroverso da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021;



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**13.2.7.** Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

**13.2.8.** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**;

**13.2.9.** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**13.2.9.2.** A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**13.2.10.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**13.3.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**10.1.** O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**14.2.2.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**14.2.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**14.2.4.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**14.2.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**14.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**14.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**14.2.8.** O **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do **CONTRATADO**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**14.2.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

**14.2.10.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

**14.2.11.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**14.2.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**14.2.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

**14.2.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**14.2.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.16.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**14.2.17.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**14.2.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**14.2.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**14.2.20.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**14.2.21.** Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nas dependências da TV Terra do Sol;

**14.2.22.** Ceder ao **CONTRATANTE** todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

**14.2.22.2.** Considerando que o projeto contratado se refere a serviço imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação do serviço.

## **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.2.** A licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº. Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.3.** Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

**10.4.** A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100, da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.5.** No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência;

II – Multa, observados os seguintes parâmetros:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial das obrigações contratuais, atraso injustificado na execução dos serviços, execução em desconformidade com os padrões técnicos exigidos, ou deixar de atender diligências e solicitações da fiscalização contratual sem justificativa adequada;

b) Multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato, quando a CONTRATADA não mantiver as condições da proposta, não celebrar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade, ou der causa a inadimplemento que resulte prejuízo relevante à Administração;

c) Multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, quando configurada a inexecução total do objeto, recusa injustificada à execução dos serviços, prática de atos que comprometam a confiabilidade técnica das orientações prestadas, apresentação de documentação ou declaração falsa, ou ocorrência de conduta que caracterize infração grave nos termos da legislação vigente;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de tratamento irregular de dados pessoais sensíveis, violação grave das obrigações de confidencialidade ou descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de descumprimento das obrigações relacionadas à segurança da informação, ao dever de sigilo ou às normas de proteção de dados pessoais não enquadradas na alínea anterior.

III – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Fortaleza, pelo prazo não superior a 3 (três) anos, nas hipóteses previstas na legislação aplicável;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.6.** O eventual atraso, para fins de apuração de responsabilidade e cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo fixado pela Administração.

**10.7.** A multa de mora, quando cabível, poderá ser fixada em até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo definido na regulamentação municipal vigente.

**10.8.** Não sendo possível a compensação ou desconto direto, a CONTRATADA será notificada para recolhimento da multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, devendo comprovar o pagamento perante a Administração.

**10.9.** Decorrido o prazo sem recolhimento, o débito poderá ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis.

**10.10.** As penalidades pecuniárias não possuem caráter indenizatório, não afastando a possibilidade de apuração de perdas e danos ou demais responsabilidades legais.

**10.11.** Nenhuma sanção será aplicada sem a observância do devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**10.12.** Verificada a execução em desconformidade técnica, inconsistência relevante, erro material ou impropriedade nas manifestações técnicas emitidas, a CONTRATADA deverá proceder às correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Fortaleza - CE, *data da assinatura digital*.

*(Assinatura digital)*  
**Ciro José Farias Câmara**  
Coordenador de Comunicação - SEGOV



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**Autorizo:**

*(Assinatura digital)*


**Gustavo de Alencar e Vicentino**

Secretário-Executivo – SEGOV



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**APÊNDICE I DO ANEXO I – MAPA DE RISCO**

 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
<b>DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÕES GERAIS DA ATIVIDADE A SER TRABALHADA</b>	
Órgão:	Secretaria Municipal de Governo – SEGOV.
Área funcional:	Coordenadoria de Comunicação
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, incluindo a prestação de todos os serviços, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do Sistema de Gerenciamento Integrado.
Responsável pela atividade:	Ciro José Farias Câmara.
Responsável pelo gerenciamento do risco:	Ciro José Farias Câmara.
Aprovador do gerenciamento do risco:	Secretário Executivo SEGOV
Vinculações	Vinculada a ETP ? ( x )Sim ( ) Não
	Vinculada a Política de Gestão de Risco do órgão ? ( x )Sim ( ) Não
	Vinculada a Contratação por dispensa ou inexigibilidade? ( )Sim ( X) Não
	Vinculado a Contrato? ( x )Sim ( ) Não
	Em caso de afirmação de alguma das opções acima, informar a que se vincula: IN nº 04 2024 – CGM
Consultados (especialistas e envolvidos na atividade):	Assessoria de Controle Interno – ASCONTI Assessoria Jurídica – ASJUR Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional- ASPLAN.
Informados:	
Data de início da análise:	Maior de 2025
Observações Complementares:	1ª revisão será realizada após a homologação da licitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
<b>DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA</b>	
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, incluindo a prestação de todos os serviços, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do Sistema de Gerenciamento Integrado.
Objetivos da Atividade	Assegurar que todas as práticas e atividades do objeto da contratação estejam em conformidade legal; Reforçar a importância da conformidade do Edital; Avaliar continuamente a eficácia da contratação.
Instância Interna de Governança:	Secretário Titular e Executivo
1ª Linha:	Coordenadoria de Comunicação
2ª Linha:	Assessoria de Controle Interno

## INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, execução e controle dos eventos relacionados aos riscos que possam comprometer, em algum grau, o sucesso do planejamento da contratação, da realização da licitação, do objeto e da gestão contratual, conforme previsto no Inciso X do art. 18 da Lei 14.133/21, no Capítulo IV do Decreto Municipal 15.595/2023 e na Instrução Normativa nº 04/2024-CGM, de 18 de março de 2024.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos é uma prática fundamental para garantir a sustentabilidade e o sucesso de qualquer organização ou projeto. Ele envolve a identificação, análise e resposta a fatores de risco que possam impactar os objetivos estratégicos e operacionais. De um modo geral, um gerenciamento de riscos eficaz permite que a organização minimize as ameaças e aproveite as oportunidades de forma proativa, protegendo seus ativos e garantindo a continuidade de suas operações.


## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

Um dos métodos utilizados para identificar e analisar riscos é a Matriz SWOT. A Matriz SWOT é uma ferramenta estratégica que permite uma visão ampla dos fatores internos e externos que podem afetar a organização. A seguir discriminada:

 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA		Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
<b>ANÁLISE DO AMBIENTE (MATRIZ SWOT)</b>		
Ambiente interno	Fortalezas	-Integração eficiente -Interface que facilita o acesso e uso na redação.
	Fraquezas	-Dependência de conexão e infraestrutura tecnológica -Qualificação técnica e equipe capacitada
Ambiente externo	Oportunidades	-Aprimoramento das funcionalidades -Melhoria da transparência e da comunicação institucional com o cidadão
	Ameaças	-Vulnerabilidades de segurança da informação e proteção de dados públicos. - Dependência de suporte técnico especializado em caso de falhas

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Essa classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco:

<b>DEFINIÇÃO CRITÉRIOS DE RISCOS</b>						
Impacto	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5
	0	1	2	3	4	5
Probabilidade						

NÍVEL	VALOR LIMITE (CONFORME MATRIZ DE NÍVEL DE RISCO)	SÍMBOLO
-------	--	---------

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br







EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

Extremo	Maior ou igual a <b>20</b>	
Alto	Maior ou igual a <b>12</b> e menor que <b>20</b>	
Médio	Maior ou igual a <b>6</b> e menor que <b>12</b>	
Baixo	Menor que <b>6</b>	

## IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA		Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS</b>		
<b>Nº</b>	<b>Data da Identificação</b>	<b>Risco</b>
1	11/06/2025	Falta de clareza nos requisitos técnicos
2	11/06/2025	Desclassificação de propostas por documentação incompleta
3	11/06/2025	Baixa qualificação técnica da contratada para execução do objeto (garantias/suporte técnico)
4	11/06/2025	Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada
5	11/06/2025	Atrasos na entrega por complexidade técnica
6	11/06/2025	Incompatibilidade com a infraestrutura existente
7	11/06/2025	Risco à imagem institucional por falhas no sistema

 <b>Fortaleza</b> PREFEITURA		Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
<b>ANÁLISE DO RISCO</b>		<b>AVALIAÇÃO DO RISCO</b>
		<b>ATIVIDADES DE CONTROLE</b>

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

Nº	Data da Identificação	Risco	Causa	Consequência	Probabilidade (NP)	Impacto (NI)	Nível de Risco Inerente (NRI)	Controle	Responsável
1	11/06/2025	Falta de clareza nos requisitos técnicos	Tempo escasso na montagem do processo licitatório, com validação técnica deficiente	Possível contratação de solução inadequada ou ineficaz	2	5	10	Redigir os requisitos/itens com apoio técnico especializado e validação por múltiplos setores	CONTRATANTE
2	11/06/2025	Desclassificação de propostas por documentação incompleta	Exigências mal redigidas ou pouco claras no edital. Documentos vencidos ou com validade expirada.	Atraso na contratação do objeto	2	4	8	Previsão contratual de credenciais técnicas, econômicas e financeiras apresentadas na licitação	CONTRATANTE
3	11/06/2025	Baixa qualificação técnica da contratada para execução do objeto (garantias/suporte técnico)	Contratação de empresa que não tenha experiência no mercado	Ineficácia na execução do objeto	2	5	10	Executar levantamento de mercado para identificar potenciais fornecedores. Exigência de seguros e garantias de completude e desempenho da contratada. Contratar fornecedor que tenha experiência no mercado	CONTRATANTE
4	11/06/2025	Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada	Falta de conhecimento das cláusulas contratuais	Notificação e/ou extinção do contrato	2	4	8	Atestar a capacidade da empresas, visando evitar possíveis inconsistências contratuais quantitativas/qualitativas, evitando assim transtornos e prejuízos para a contratante. Previsão de penalidade por descumprimento de cláusula contratual e realização de reunião inicial do contrato para clareza acerca da prestação dos serviços	CONTRATANTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

5	11/06/2025	Atrasos na entrega por complexidade técnica	Falta de capacidade técnica profissional/operacional e falta de acompanhamento pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da contratante.	Indisponibilidade do sistema e/ou atraso no atendimento das demandas	3	5	15	Prever cronograma detalhado com marcos de entrega e aplicação de penalidades por descumprimento	CONTRATANTE
6	11/06/2025	Incompatibilidade com a infraestrutura existente	Ausência de levantamento técnico detalhado do ambiente atual	Atrasos na implantação; Inviabilização do uso pleno do sistema contratado	3	5	15	Realizar diagnóstico prévio da infraestrutura atual e exigir compatibilidade no edital	CONTRATANTE
6	11/06/2025	Risco à imagem institucional por falhas no sistema	Ausência de plano de contingência para falhas críticas	Interrupções no funcionamento da comunicação institucional; Perda de credibilidade junto ao público e órgãos de controle	2	5	10	Monitoramento contínuo e plano de contingência em caso de falhas públicas	CONTRATANTE

Fortaleza, data da assinatura digital.

Responsável pela elaboração do presente Mapa de Risco:

(assinatura digital)

**Ciro José Farias Câmara**

**COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO**



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**APÊNDICE II DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P178623/2025

UNIDADE REQUISITANTE: COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A TV Terra do Sol realiza transmissões ao vivo e conteúdos gravados, além de disponibilizar documentários, programas culturais e informativos à população fortalezense, cumprindo relevante função pública de comunicação.

1.2. Para assegurar a continuidade e a qualidade dessa programação, a emissora necessita de ferramentas de produção compatíveis com as práticas vigentes no mercado audiovisual, permitindo a operação integrada das atividades de redação, produção, edição, captação e exibição dos programas e telejornais.

1.3. A execução desse conteúdo audiovisual demanda soluções de software adequadas ao ambiente de produção jornalística e de entretenimento, capazes de viabilizar a criação, organização e disponibilização do material produzido. O sistema requerido deve operar de forma integrada com o estúdio de exibição, com o controle mestre da emissora e com os colaboradores que atuam tanto internamente quanto de forma remota, garantindo fluxo de trabalho contínuo e eficiente.

1.4. Além disso, o sistema deve prover saída de teleprompter para o estúdio e permitir a inserção de recursos de acessibilidade, como legendas ocultas (Closed Caption), em conformidade com as normas da ANATEL aplicáveis às emissoras de televisão.

1.5. Desde a inauguração da TV Terra do Sol, em 2020, alguns componentes técnicos demandam atualização para manter a confiabilidade e modernidade do serviço prestado. Na próxima contratação, torna-se necessário incluir elementos adicionais descritos na especificação técnica, especialmente a implantação de um sistema de videografismo integrado à exibição dos programas e a implementação de monitoramento remoto dos sistemas. Tais funcionalidades são essenciais para evitar falhas percebidas apenas com a presença física dos colaboradores ou durante a transmissão, assegurando maior estabilidade e qualidade do sinal entregue ao público.

1.6. Atualmente, a operação da TV Terra do Sol é suportada pelo Contrato nº 07/2020, firmado com a empresa ATS Sistema de Automação e Informática Ltda., que já alcançou o limite máximo de vigência permitido pela legislação e não admite novas prorrogações. Diante da impossibilidade de continuidade contratual, torna-se indispensável a realização de novo processo licitatório para garantir a manutenção dos serviços e a evolução tecnológica necessária às demandas da emissora.

**2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

2.1. Visando o atendimento das necessidades desta Secretaria, faz-se necessário a contratação de empresa para a execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do sistema de gerenciamento integrado:

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

2.2. A solução necessária deve contemplar os seguintes aspectos básicos que serão detalhados no Termo de Referência:

2.2.1. Licenciamento de uso para trinta estações de edição de telejornalismo para a produção de texto e exibição para os programas da TV, em conformidade com este documento. As licenças de uso devem contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos funcionais:

2.2.2. Módulo de edição de textos jornalísticos: pautas, matérias e laudas

2.2.3. Módulo de software para teleprompter

2.2.4. Módulo de software para acesso através de dispositivos móveis

2.2.5. Módulo de gerenciamento e integração entre setores

2.2.6. Módulo de integração com o sistema de videografismo

2.2.7. Módulo de layout secundário

2.2.8. Módulo de arquivo do acervo de vídeo digital

2.2.9. Módulo de Geração de Legendas Ocultas

2.2.10. Módulo de monitoramento telemétrico

2.2.11. Módulo de central técnica

2.2.12. Gerenciamento de rotinas de manutenção técnica;

2.2.13. Módulo de produção de programas da TV Terra do Sol. O sistema deve compreender as etapas de produção inerentes aos setores, gerenciando em tempo real a agenda, com cada tarefa possuindo seu próprio controle de entrega, a equipe envolvida, seja de forma interna ou externa, com a especificação de cada papel, os equipamentos e veículos utilizados, permitindo o controle e monitoramento de uso. O sistema deve ofertar, além do acesso simplificado aqueles necessários ao devido desempenho das atividades, a geração de relatórios de todos os fluxos, de forma analítica e sintética, com os recortes necessários a devida gestão da Coordenadoria;

2.2.14. Sistema de gerenciamento para operações externas. São eventos realizados fora da sede da CONTRATANTE e que devem ser cobertos por um ou mais setores subordinados à Coordenação de Comunicação Social;

2.2.15. Módulo de gerenciamento para a Coordenadoria da Comunicação Social. Os dados contidos no software devem, além de oferecer ao gestor acesso em tempo real a todo o fluxo produtivo da coordenadoria, com possibilidade de comunicação com qualquer colaborador e de fazer as alterações que julgue necessárias, permitir a construção de indicadores gerais e pormenorizados de cada uma das células;

2.2.16. Módulo de controle de fornecedores, prestadores de serviços, terceirizados e acompanhamento de obras para a TV Terra do Sol;

2.2.17. O módulo de edição de telejornalismo deve fornecer solução integrada para auxiliar o processo de produção de programas e telejornais desde a elaboração da pauta até a exibição e arquivamento do conteúdo.

2.2.18. Para a manutenção do acervo de dados mantido desde 2020, a CONTRATADA deverá importar todos os dados de matérias, pautas, laudas e espelhos relacionados aos sistemas de edição de telejornalismo utilizados pela CONTRATANTE desde a inauguração da emissora. A CONTRATADA deverá importar 100% do acervo de dados do sistema de gestão de atividades desde Julho/2020.

2.2.19. O serviço fornecido deve prover uma solução para o arquivo do acervo de imagens da TV Terra do Sol. A contratada deve fornecer os recursos de hardware e software necessários como parte de sua solução.

2.2.20. Devem ser fornecidos e instalados como parte do serviço dois servidores de aplicação operando em sincronismo contínuo em regime 24/7.

2.2.21. Licenciamento para uso do teleprompter em estúdio.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

2.2.22. Módulo de geração de legendas ocultas, conforme a regulamentação de acessibilidade determinada pela ANATEL.

2.2.23. Módulo de videografismo fornecido como parte do serviço operando em redundância através de duas unidades operacionais independentes.

2.2.24. O sistema de videografismo deve operar alternativamente como equipamento reserva para o sistema de playout em cenários de operação degradada onde o sistema de playout primário se torne inoperante.

2.2.25. Os apresentadores poderão dispensar o uso de laudas impressas ao substituir esta opção pelo uso de tablets em estúdio ou áreas externas. Dois tablets devem ser fornecidos como parte integrante da prestação de serviços.

2.2.26. Os sistemas implantados deverão adotar o método de autenticação de usuários através do AD (Active Directory) em uso pela CONTRATANTE. O método não poderá realizar a autenticação diretamente pela interface LDAP, sendo obrigatório o uso de credenciais de aplicação fornecidas pelo setor de TI da CONTRATANTE e a autenticação das credenciais do usuário deverão ser validadas dentro de uma sessão aberta exclusivamente pelas credenciais de aplicação criadas especificamente para o sistema de edição de telejornalismo fornecido pela CONTRATADA.

2.2.27. O Sistema de Gerenciamento Integrado concentrará todas as atividades, demandas, pendências, ações, obras, serviços prestados por colaboradores internos ou externos e custos recorrentes ou eventuais.

2.2.28. A integração de todos os setores ligados à Coordenação de Comunicação Social deve prover aos gestores públicos uma visão sempre atualizada e precisa de todos os processos em andamento sem a necessidade de elaboração de relatórios consolidados.

2.2.29. Diante da necessidade de realizar adequações constantes às suas demandas e permitir que o Sistema de Gerenciamento Integrado possa ser continuamente adequado às novas necessidades dos sistemas internos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer um sistema continuamente aberto às modificações que poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE e realizadas pela CONTRATADA durante todo o período de vigência do contrato.

2.2.30. A CONTRATADA deverá reservar recursos de programação suficientes para o atendimento destas demandas sem realizar a cobrança de valores adicionais além dos valores definidos na proposta de suporte técnico enquanto estas requisições se mantiverem dentro do escopo previsto por este documento. A CONTRATADA deverá reservar, no mínimo, três profissionais do setor de Tecnologia da Informação, dedicados em tempo integral ao suporte técnico e ao desenvolvimento de rotinas para o Sistema de Gerenciamento Integrado. A equipe deverá conter, no mínimo, um Analista de Sistemas "Senior" e dois programadores classificados como "Seniores".

2.2.31. Gerenciamento do registro de leituras e medições ambientais e elétricas das áreas técnicas da TV Terra do Sol. O gerenciamento telemétrico centralizado deve realizar o monitoramento das unidades de hardware e software do sistema.

2.3. Práticas de sustentabilidade: A solução deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Utilização de equipamentos com certificação de eficiência energética (Energy Star ou equivalente).
- Previsão de logística reversa para descarte ou substituição de equipamentos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022).
- Garantia de atualização que prolongue a vida útil dos equipamentos e reduza a necessidade de substituições frequentes.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

- Preferência por fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental, devidamente comprovadas por certificações ou relatórios.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3.1. Em conformidade com o art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise das alternativas possíveis para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, considerando diferentes modalidades de contratação, soluções tecnológicas disponíveis no mercado, práticas adotadas por outros órgãos públicos e privados, além dos critérios de economicidade, eficiência operacional, escalabilidade e inovação.

3.2. Para fins de comparação objetiva, foram avaliadas as principais soluções existentes no mercado, classificadas conforme sua natureza técnica e modelo de fornecimento:

I – aquisição definitiva de sistemas (licenciamento vitalício);

II – contratação de softwares de uso geral para gestão de projetos e comunicação;

III – contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos com solução integrada (modelo de serviço especializado).

I – Aquisição Definitiva (Licenciamento Vitalício)

3.3. O licenciamento vitalício, embora garanta o uso do software instalado, apresenta limitações técnicas e operacionais:

Prós:

- Pagamento único pelo licenciamento inicial;
- Autonomia para manter o software instalado sem custos diretos de renovação da licença.

Contras:

- Garantia de funcionamento e compatibilidade limitada, usualmente, a 12 meses;
- Atualizações dependem de contratação adicional de suporte técnico, geralmente restrito à manutenção corretiva;
- Não contempla evolução tecnológica ou adaptações necessárias ao ritmo dinâmico da produção audiovisual;
- Resulta em um sistema estático e desatualizado, com funcionalidades congeladas na data de implantação;
- Pode gerar custos recorrentes para manutenção, sem assegurar melhoria contínua.

3.4. Diante dessas limitações, esta modalidade não atende às necessidades operacionais da TV Terra do Sol e da SEGOV, que demandam atualização constante, integração multimodal e suporte evolutivo.

II – Softwares Genéricos de Gestão de Projetos e Comunicação

3.5. Foram testadas plataformas amplamente utilizadas para gestão de projetos (Google Docs, Trello, Asana, ClickUp), avaliando suas versões gratuitas e pagas.

Prós:

- Fácil acesso e rápida implantação;
- Ferramentas colaborativas amplamente difundidas;
- Custos relativamente menores.

Contras:

- Ausência de funcionalidades específicas para o setor de comunicação pública e broadcast;

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

- Impossibilidade de integração com fluxos de produção audiovisual;
- Limitações para gerenciamento de pautas, escalas, roteiros e operações de playout;
- Incompatibilidade com requisitos de sistema integrado multimodal.

3.6. Conclui-se que tais softwares não atendem às especificidades técnicas da demanda da SEGOV e da TV Terra do Sol.

**III – Contratação de Empresa Especializada com Solução Integrada**

3.7. Foram identificadas, em renovações anteriores, quatro empresas com atuação no segmento de sistemas aplicativos para emissoras de televisão. Na última contratação (2024), três disponibilizaram solução integrada e uma apresentou solução parcial. As consultas foram realizadas com base em referências do mercado de broadcast, incluindo Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Sistema Verdes Mares e Câmara Municipal de Fortaleza, bem como contrato vigente 007/2020 com a Empresa ATS Sistema de Automação e Informática LTDA.

3.8. Avaliou-se ainda a possibilidade de segmentar a contratação por módulos funcionais distintos. Entretanto, não foram identificadas ferramentas no mercado que permitissem integração operacional robusta e contínua entre sistemas distintos, mantendo eficiência e segurança. Esse modelo fragmentado comprometeria a gestão integrada e geraria riscos operacionais para a comunicação institucional.

**Prós:**

- Atendimento integral às necessidades de comunicação multimodal;
- Fluxo de trabalho unificado e padronizado;
- Suporte técnico evolutivo e contínuo;
- Atualizações constantes, acompanhando o ritmo da produção audiovisual;
- Maior confiabilidade na gestão da programação e operação da emissora.

**Contras:**

- Custo superior a soluções genéricas;
- Dependência técnica do fornecedor contratado (mitigada por contrato bem estruturado).

3.9. Diante das alternativas analisadas, verifica-se que somente a contratação de serviços especializados, por empresa com experiência comprovada em sistemas integrados de comunicação multimodal e integração com broadcast, é capaz de atender plenamente às necessidades da SEGOV e da TV Terra do Sol.

3.10. Assim, é tecnicamente viável e devidamente justificada a contratação de serviços especializados para execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas, suporte técnico e fornecimento de todos os softwares necessários à operação integrada da SEGOV, por meio de solução integrada ofertada por empresa especializada.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A Coordenadoria de Comunicação Social precisa dar continuidade e aprimorar o modelo de sistema de apoio às atividades do departamento já adotado. A solução necessária consiste em um conjunto de sistemas que operem de forma integrada entre todos os setores da Coordenadoria. Cada módulo do sistema deve adotar as melhores práticas que sustentem a produção do departamento dentro dos diversos modais de comunicação que fazem parte do seu escopo. O sistema deve manter a integração de trabalho cooperativo entre os setores da Coordenadoria e ao mesmo tempo prover uma sistemática de uso ajustada para cada necessidade, onde destacamos o sistema de gestão de atividades e as funções para a TV Terra do Sol como os objetos de uso mais intensivo. A solução deve adotar um banco de dados aberto para a gestão da TI da Prefeitura de Fortaleza,

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

permitindo que ela tenha acesso aos dados a qualquer momento, garanta as cópias de segurança e que futuros sistemas possam importar todos os dados mantidos neste repositório sem gerar problemas de continuidade para a Coordenadoria.

4.2. A integração entre os setores permite que materiais editados para diversas mídias possam ser compartilhados e os recursos aplicados às coberturas destes eventos possam ser racionalizados, permitindo que equipamentos e recursos humanos sejam distribuídos de maneira mais eficiente e econômica.

4.3. O sistema de software não pode ser fechado porque a Coordenadoria deverá contar com a atualização contínua de seus recursos, dentro do escopo original, e sendo um sistema fechado não poderia acompanhar a constante evolução dos processos de publicação digital e televisão. A necessidade de manter um sistema aberto para melhorias descarta a possibilidade de aquisição de um sistema fechado, gerando a necessidade de um suporte de desenvolvimento contínuo. A aquisição de soluções fechadas ou ainda de soluções que oferecem apenas suporte técnico a um sistema fechado não são economicamente vantajosas porque sustenta a possibilidade de que novos recursos dentro do escopo do objeto sejam atendidos apenas com a aquisição de um novo sistema, criando uma sequência de processos que não permitirá à Coordenadoria manter a linearidade de suas operações. Para a TV Terra do Sol devemos continuamente acompanharmos as demandas de atualização características de uma emissora de TV, especialmente nos aspectos que promovam uma melhor distribuição do conteúdo institucional.

4.4. As novas demandas exigem que os processos de produção de telejornais e programas estejam cada vez mais integrados, favorecendo a aplicação das melhores práticas e evitando tanto retrabalhos na etapa de edição quanto problemas operacionais durante sua exibição. Neste ambiente, os prazos que são exigidos para a produção do conteúdo cada vez mais dinâmico são continuamente reduzidos, e as ferramentas de produtividade devem ser ajustadas de maneira ininterrupta.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

5.1. Quanto à estimativa das quantidades a serem contratadas, considera-se necessária a contratação de 01 (uma) empresa para a prestação, de forma contínua, do serviço objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

5.2. O contrato atualmente em vigor pode ser usado como referência, resguardando a necessidade das atualizações técnicas necessárias para manter a operação da emissora alinhada com as características adotadas pelo mercado de produção e transmissão audiovisual.

5.3. Como referência, toma-se o atual Contrato nº 07/2020 – SEGOV, que vem atendendo à Coordenadoria de Comunicação Social desde a implantação do sistema integrado de edição e transmissão da TV Terra do Sol, servindo de parâmetro histórico e documental para a presente estimativa.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Estimou-se a quantidade e o valor do serviço prestado em R\$2.017.195,08, com base em no processo NºP109867/2025, referente ao quinto aditivo ao contrato nº. 007/2020-SEGOV.

6.2. Os valores aqui apresentados são meramente indicativos, não se tratando dos preços de referência da futura contratação.

6.3. O método para estimativa de preços que norteará o certame obedecerá às diretrizes estabelecidas nos termos do Decreto nº 15.595 de 22 de março de 2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)

**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, notadamente no art. 57.

6.4 Quando da elaboração do Termo de Referência, serão juntados aos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços, mapa comparativo, bem como os respectivos documentos que corroboram a definição dos preços referenciais.

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

7.1. Analisando a descrição do objeto, identifica-se que a demanda é composta por uma Solução Integrada de Gestão Estratégica e Projetos, com fornecimento de licenças de uso, incluindo os serviços de implantação, garantia de atualização e suporte técnico aos sistemas, composta por itens correlatos e intrinsecamente interligados.

7.2. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto é composto por licenças de um único fabricante ou de um consórcio.

7.3. A simples entrega de licenças de uso, apartada de sua efetiva implantação, suporte e garantia deve ser evitada pois não garante que a Solução será disponibilizada conforme as necessidades do ambiente de produção da TV Terra do Sol.

7.4. A entrega parcial da solução não atende integralmente ao objetivo da demanda, visto que a solução contempla uma série de funcionalidades que englobam soluções e serviços integrados e interdependentes.

7.5. Atualmente o sistema já opera com algum nível de integração, mas nos últimos anos a necessidade de uma operação ainda mais sincronizada tem se mostrado essencial para a operação da emissora com segurança e agilidade. Este documento relaciona estas demandas adicionais que precisam ser observadas durante a próxima contratação, evitando que a TV Terra do Sol não aproveite a oportunidade de realizar a atualização necessária sua operação eficiente nos próximos anos.

7.6. A contratação de múltiplas empresas para fornecimento de licenças e demais serviços gerará conflitos de responsabilidades decorrentes dos vários contratos que seriam firmados, o que no ambiente de uma emissora de televisão é uma contínua fonte de pontos de falha operacional.

7.7. Sendo assim, diante de incertezas ou problemas, poderá haver dúvidas sobre a quem compete à resolução de problemas. Além do mais, qualquer assincronismo na execução contratual implicaria atrasos na implementação da solução.

7.8. Por outro lado, a centralização da responsabilização em uma única empresa contratada, se mostra mais adequada não apenas sob o prisma do acompanhamento de problemas e soluções, mas sobremaneira para facilitar a verificação das causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução contratual do objeto licitado.

7.9. No caso futuro, caso a emissora receba uma atualização acentuada de seus recursos (equipamentos e softwares), seria interessante haver duas empresas atuando na operação da TV Terra do Sol, entretanto elas precisariam operar em conjunto sob o ponto de vista jurídico, para garantirmos que a falta do compromisso formal entre as partes gerasse prejuízos para a produção.

7.10. A atualização citada refere-se ao modelo da nova TV 3.0, que está em fase de estudo para posterior regulamentação, e que pode se tornar uma demanda em alguns anos.

7.11. Após avaliação técnica dos itens que compõem a solução, conclui-se pela contratação de uma única empresa para a execução dos itens a serem licitados em um único lote.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

8.1. Existe contratação interdependente à solução analisada, consistente no Contrato nº 06/2025, firmado com a empresa COMPLETTA Projetos de Radiodifusão e Telecomunicações Ltda, cujo objeto abrange assessoria e consultoria especializada em radiodifusão e telecomunicação, incluindo manutenção, licenciamento, renovação, regularização da outorga e pós-outorga da TV Municipal Terra do Sol.

8.2. As atividades de outorga, licenciamento e regularização constituem pré-requisito indispensável para a operação legal da emissora, de modo que o funcionamento da solução tecnológica pretendida depende diretamente da continuidade e efetividade do contrato 06/2025. Assim, há relação de interdependência, pois o sucesso da nova solução está condicionado à manutenção da regularidade regulatória assegurada por esse contrato.

8.3. A implantação e operação do sistema tecnológico objeto deste ETP somente são possíveis mediante a existência de outorga vigente, licenças atualizadas e cumprimento das obrigações regulatórias perante os órgãos competentes, atividades realizadas no âmbito do contrato 06/2025.

8.4. A ausência dessas condições inviabiliza a operação broadcast da TV Municipal Terra do Sol, tornando a continuidade e efetividade da contratação vigente essencial para o sucesso

da solução pretendida. Assim, a relação entre os objetos é de interdependência operacional, ainda que possuam naturezas distintas.

## 9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

9.1. O objeto da contratação estava previsto no plano de contratação anual de 2025, nos termos do art. 6º do Decreto nº 15.595 de 22 de março de 2023.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Tratando sobre a produção audiovisual gerada pela TV Terra do Sol, os resultados pretendidos devem contemplar tanto a economicidade direta quanto a manutenção da qualidade do material produzido e transmitido.

10.2. Para a obtenção dos resultados pretendidos, um sistema de produção integrado permite a extração de uma quantidade superior de recursos dos equipamentos e pessoal envolvidos, enquanto um sistema não integrado limita substancialmente a troca de material entre as unidades de produção, tornando a qualidade do produto inferior ao patamar esperado pela estrutura disponibilizada pela emissora.

10.3. Em um sistema não integrado, o resultado é limitado pela capacidade de encontramos maneiras de interligarmos os módulos de produção de forma manual, o que exige qualificação técnica adicional dos colaboradores, a implantação de ferramentas de compatibilização de formatos (e seus respectivos equipamentos físicos) e ainda um tempo substancialmente maior para a maior parte dos processos envolvidos.

10.4. Na modalidade de produção não integrada, os recursos humanos teriam parte significativa de seu trabalho dedicada à integração manual do sistema, exigindo que mais colaboradores sejam engajados no processo produtivo.

## SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

10.5. É esperado que seja contratado um sistema de edição de telejornalismo que seja aderente aos processos de produção adotadas por outras emissoras de televisão e que seja voltado para operações de broadcast que inclui a integração com equipamentos que se comunicam através de protocolos próprios do segmento.

10.5. A integração com os equipamentos de videografismo, dispositivos de playout e células de supervisão e monitoramento dos sistemas técnico/elétrico/ambiental/operacional) é fundamental.

10.6. O contrato atual não contempla uma central de monitoramento que integre os principais módulos do controle mestre e dos equipamentos relacionados ao transmissor de TV.

10.7. Caso ocorra a alteração do sistema atualmente em uso, é fundamental que não ocorram perdas de dados durante a migração dos sistemas, e deve ser observado o menor impacto sobre as operações de produção da emissora, então um processo de treinamento prévio deve ser observado para que a equipe possa se adaptar rapidamente.

10.8. É esperado que o próximo prestador de serviços forneça uma solução integrada de videografismo que opere de forma integrada ao sistema de jornalismo e permita uma operação ágil, principalmente durante a transmissão de programas ao vivo, especialmente relacionados ao jornalismo.

10.9. O sistema de videografismo também deve atuar como um sistema auxiliar para o playout do controle mestre, permitindo que sejam armazenados pelo menos 36TB de vídeos na qualidade de 25 Mbps e que sejam criadas listas de reprodução (playlists) que promovam a exibição contínua da programação gravada por pelo menos 96 horas sem a necessidade de intervenção operacional.

10.10. Os colaboradores técnicos sugerem que o novo prestador priorize a central da supervisão técnica dos sistemas e ambientes, permitindo que os dados telemétricos sejam acessados antes da integração total do sistema.

10.11 Com a aquisição dos serviços, espera-se que a empresa contratada possa atender com agilidade e suporte adequados a várias atividades de produção jornalística dos setores integrantes da Comunicação Social, entregando os softwares de gerenciamento, o sistema de edição de telejornalismo, as funções de videografismo e playout secundário, as funções de estúdio e o sistema de Gerenciamento Integrado para centralização e acompanhamento das atividades. Os serviços também proporcionarão à Coordenadoria de Comunicação Social maior agilidade, controle e acompanhamento nos trabalhos da equipe.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente do Órgão. A Coordenadoria já utiliza um sistema com características comuns e não será necessário adotar medidas para adotar o novo sistema. São recomendados os seguintes passos prévios à celebração do contrato:

- Elaboração e aprovação do Termo de Referência definitivo.
- Dotação orçamentária formalmente empenhada.
- Verificação de conformidade jurídica e orçamentária.
- Designação da equipe de gestão e fiscalização contratual.
- Eventual capacitação preliminar para a equipe que atuará na fase de transição/migração.

## **12. ANÁLISE DE RISCOS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)





EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

12.1. A elaboração do mapa de risco encontra-se anexa a este Estudo.

### **13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

13.1. Para os usuários do sistema, por se tratar de um sistema de software a ser instalado em ambientes já existentes e substituir outro sistema em uso, não há impactos ambientais relacionados ao objeto deste estudo técnico preliminar.

13.2. Para as áreas técnicas onde já há a previsão para a acomodação de equipamentos de produção e transmissão, os dispositivos agregados são compatíveis com as características gerais estimadas e não causarão nenhum impacto ambiental.

13.3. Embora não haja impacto ambiental direto, serão observadas boas práticas de sustentabilidade, incluindo:

- Preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética;
- Adoção de procedimentos de descarte ambientalmente adequado de eventuais equipamentos substituídos, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Garantia de que a instalação e operação do sistema não resultem em aumento significativo do consumo energético ou de emissões associadas.

### **14. ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação de serviços especializados para execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas, suporte técnico e fornecimento de todos os softwares necessários à operação integrada da Secretaria Municipal de Governo – SEGOV é tecnicamente viável e devidamente justificada.

14.2. A adoção de metodologias e tecnologias compatíveis com padrões utilizados por emissoras públicas e comerciais assegura maior qualidade técnica, amplia a atratividade do conteúdo e fortalece a capacidade comunicacional da Prefeitura de Fortaleza.

14.3. A manutenção da TV Terra do Sol dissociada de modelos consolidados de produção audiovisual comprometeria a atratividade da programação, ainda que o conteúdo seja elaborado com rigor técnico e editorial.

14.4. A continuidade de um modelo operacional integrado permitirá otimização da capacidade produtiva dos colaboradores, assegurando que o canal permaneça como ferramenta eficaz de comunicação com os cidadãos de Fortaleza.

14.5. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida, nos termos das necessidades identificadas.

14.6. Considera-se adequada a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços para execução de projeto, instalação, licenciamento, suporte técnico e fornecimento de softwares, com comprovada experiência em sistemas integrados de comunicação multimodal e em integração com tecnologias de broadcast, condição essencial para atendimento pleno da demanda. Recomenda-se, portanto, a contratação de fornecedor capaz de ofertar solução integrada, contemplando todos os serviços e componentes tecnológicos necessários à implantação e operação do sistema de gerenciamento integrado da SEGOV.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

Fortaleza - CE, 18 de novembro de 2025

**Elaborado por:**

(assinatura digital)

Ciro Câmara

**Coordenadoria de Comunicação Social**  
**Prefeitura de Fortaleza**

**Autorização do Ordenador de Despesas:**

(assinatura digital)

Gustavo de Alencar e Vicentino

**Secretário Executivo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO II - JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME e EPP**

Nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, é assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas. A legislação prevê que os itens ou serviços com valor de até R\$ 80.000,00 devem ser destinados exclusivamente a essas empresas, e quando o valor ultrapassa esse montante, deve-se reservar até 25% do objeto licitado para sua participação, desde que o objeto seja divisível e tecnicamente viável.

No presente caso, o valor da contratação ultrapassa o limite de R\$ 2.017.195,08, o que poderia ensejar a aplicação da reserva de cota para ME/EPP. No entanto, o objeto da licitação encontra-se agrupado, apresentando interdependência técnica entre os itens ou serviços a serem executados, de modo que a divisão em cotas comprometeria a unidade, padronização e coordenação necessária à perfeita execução contratual.

A inviabilidade técnica de dividir o objeto em cotas é corroborada pela necessidade de execução integrada, contínua e coordenada, evitando assim divergências na qualidade dos itens e falhas na entrega. Além disso, a fragmentação do objeto aumentaria os riscos operacionais e comprometeria a economicidade e eficiência na gestão contratual, contrariando os princípios que regem as contratações públicas.

Diante disso, fundamenta-se o afastamento da aplicação da reserva de cota com base no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, e no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, que autorizam a não aplicação da cota quando houver comprovada inviabilidade técnica ou econômica de dividir o objeto em lotes ou cotas, sem prejuízo à execução integral do contrato.

Portanto, justifica-se a não aplicação da reserva de cota para ME/EPP neste certame, tendo em vista a inviabilidade técnica e econômica de fracionamento, assegurando-se, assim, a adequada execução do objeto e a economicidade do processo licitatório.

Fortaleza, data da assinatura digital.

(Assinatura digital)

**Ciro José Farias Câmara**

Coordenador de Comunicação – SEGOV



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO III - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO ÍNDICE DE REAJUSTE**

A definição do índice de reajuste a ser aplicado ao contrato de prestação de serviços de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a coordenação de comunicação social da prefeitura municipal de fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, a inclusão de recurso de acessibilidade, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do sistema de gerenciamento integrado, decorre da necessidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que se trata de serviço de natureza predominantemente intelectual e que envolve custos relacionados a mão de obra especializada e insumos administrativos, foi adotado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como parâmetro de atualização contratual.

O IPCA é o índice oficial de inflação utilizado pelo Governo Federal para mensurar a variação do custo de vida da população e é amplamente reconhecido como o indicador mais adequado para refletir a variação geral de preços da economia. Sua utilização garante previsibilidade, transparência e aderência às práticas da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, assegurando a correção monetária de forma isonômica e proporcional à realidade de mercado.

Dessa forma, a escolha do IPCA como índice de reajuste está devidamente justificada por razões técnicas e econômicas, observando-se, ainda, o princípio do equilíbrio econômico-financeiro e o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, bem como as boas práticas de gestão contratual.

Fortaleza, data da assinatura digital.

*(Assinatura digital)*

**Ciro José Farias Câmara**

Coordenador de Comunicação - SEGOV



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

#### ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA E CONSÓRCIO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico contínuo para a Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a implantação de solução integrada de gerenciamento, com recursos de acessibilidade, fornecimento de softwares, integração entre setores e sustentação tecnológica das atividades da TV Terra do Sol, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

A solução demandada possui elevado grau de complexidade técnica e operacional, envolvendo a integração de múltiplos sistemas, infraestrutura tecnológica, banco de dados, videografismo, telemetria, produção jornalística, controle de acervo e suporte contínuo em regime ininterrupto, além da necessidade de customizações permanentes ao longo da execução contratual.

Dessa forma, justifica-se a não admissão da participação de cooperativas e consórcios na presente licitação, pelas razões a seguir expostas:

No que se refere às cooperativas, sua estrutura organizacional e regime jurídico não se mostram compatíveis com as exigências do objeto, tendo em vista a necessidade de responsabilidade técnica centralizada, gestão integrada, padronização de processos, garantia de níveis de serviço (SLA), bem como a disponibilização contínua de equipe técnica especializada e dedicada. A execução do objeto requer coordenação unificada, atuação empresarial estruturada e compromisso institucional direto com os resultados contratados, o que se mostra incompatível com o modelo cooperativo, caracterizado pela autonomia de seus cooperados.

Quanto à participação de consórcios, a Administração opta por não admiti-la, considerando que o objeto possui natureza integrada e indivisível, exigindo elevado nível de coordenação técnica, interoperabilidade sistêmica e responsabilidade única sobre a solução implementada. A eventual participação de empresas consorciadas poderia comprometer a eficiência operacional, dificultar a gestão contratual, a definição de responsabilidades e a rápida tomada de decisões, especialmente diante da necessidade de suporte contínuo e resposta imediata a demandas críticas da comunicação institucional.

Diante do exposto, a restrição à participação de cooperativas e consórcios revela-se medida adequada e necessária para garantir a plena execução do objeto, a qualidade dos serviços e a observância do interesse público.

Fortaleza, data da assinatura digital.

(Assinatura digital)  
**Ciro José Farias Câmara**  
Coordenador de Comunicação – SEGOV



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO V****JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA**

A exigência de comprovação de aptidão técnica, considerando a experiência na execução de serviços por período de até 3 (três) anos, prevista no item 10.2.4.1 deste Termo de Referência, fundamenta-se na elevada complexidade do objeto contratual, que envolve a implantação e sustentação de sistema integrado de gestão voltado à comunicação institucional, composto por múltiplos módulos operacionais interdependentes.

O escopo da contratação abrange não apenas o fornecimento de software, mas a execução de projeto técnico completo, incluindo atividades de levantamento de requisitos, parametrização, customização, integração entre sistemas, implantação assistida, disponibilização de recursos de acessibilidade, além de suporte técnico continuado. Trata-se, portanto, de solução estruturante, cuja operação demanda elevada maturidade técnica e capacidade de coordenação entre diferentes camadas tecnológicas.

Nesse contexto, embora o prazo inicial da contratação seja de 12 (doze) meses, a exigência de comprovação de experiência por período de até 3 (três) anos não se vincula à duração contratual, mas sim à necessidade de aferição da capacidade técnica da licitante em executar soluções de alta complexidade e criticidade, envolvendo múltiplos módulos e integrações **simultâneas**.

Adicionalmente, o caráter contínuo da operação e a criticidade dos serviços prestados à comunicação institucional do Município impõem a necessidade de seleção de empresa com histórico comprovado de atuação consistente, capaz de mitigar riscos operacionais, garantir a estabilidade do ambiente tecnológico e assegurar a continuidade dos serviços.

Ressalte-se que o critério adotado observa o disposto no §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo o período de até 3 (três) anos compreendido como parâmetro máximo de exigência, não configurando limitação à aceitação de atestados que comprovem experiência por período superior.

Por fim, cumpre destacar que o Termo de Referência admite a comprovação da capacidade técnica por meio do somatório de atestados, inclusive executados de forma concomitante, bem como por períodos sucessivos ou não, o que amplia a competitividade do certame sem prejuízo da adequada aferição da capacidade técnico-operacional.

Dessa forma, a exigência mostra-se tecnicamente justificada, proporcional e indispensável à adequada execução do objeto, em razão da natureza integrada, complexa e estratégica da solução a ser contratada.

**Atenciosamente,**  
**(Assinatura digital)**

**Ciro José Farias Câmara**  
**Coordenador de Comunicação – SEGOV**





EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO VI****JUSTIFICATIVA DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA**

A definição da parcela de maior relevância técnica constante do item 10.2.4.2.2 do Termo de Referência, consistente na implantação e suporte técnico para sistema de edição de jornalismo, incluindo a integração das mídias de TV no mesmo projeto, com no mínimo vinte estações integradas e vinte usuários simultâneos com acesso remoto, fundamenta-se na análise da complexidade, criticidade e impacto operacional dessa etapa no contexto da solução a ser contratada.

Referida parcela foi considerada de maior relevância técnica por representar o núcleo estruturante do sistema integrado de comunicação institucional, concentrando as funcionalidades mais críticas relacionadas à produção, edição, gestão e distribuição de conteúdo jornalístico, bem como à integração entre diferentes mídias e canais oficiais de comunicação.

Destaca-se, nesse contexto, a relevância da integração com a TV Terra do Sol, emissora institucional do Município de Fortaleza, responsável pela produção e difusão de conteúdo audiovisual oficial, com alcance direto à população. A operação da TV demanda fluxos contínuos de produção, edição e veiculação de conteúdo jornalístico e institucional, exigindo soluções tecnológicas robustas, estáveis e plenamente integradas aos demais canais de comunicação digital.

A exigência de no mínimo vinte estações integradas e vinte usuários simultâneos não representa mera definição quantitativa, mas constitui parâmetro técnico mínimo para assegurar que a solução opere em escala compatível com a estrutura da comunicação institucional do Município, especialmente considerando as demandas operacionais da TV Terra do Sol e dos demais canais digitais.

Do ponto de vista operacional, falhas na implantação ou no suporte dessa camada do sistema podem comprometer diretamente:

- a produção e difusão de conteúdo audiovisual institucional;
- a continuidade da programação da TV;
- a integração entre equipes de comunicação;
- a confiabilidade e tempestividade das informações divulgadas à população.



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

Dessa forma, a exigência de experiência prévia específica nessa parcela visa assegurar que a futura contratada detenha capacidade comprovada na implementação e operação de soluções integradas de comunicação, com domínio técnico sobre ambientes de produção audiovisual e integração de mídias, mitigando riscos operacionais e garantindo a continuidade dos serviços essenciais de comunicação pública.

Por fim, destaca-se que a exigência não possui caráter restritivo, mas visa garantir a seleção de empresa com experiência comprovada em ambientes de comunicação institucional integrados, especialmente aqueles que envolvem produção e difusão audiovisual em escala, como é o caso da TV Terra do Sol.

**Atenciosamente,**

**(Assinatura digital)**

**Ciro José Farias Câmara**

**Coordenador de Comunicação – SEGOV**



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

### **ANEXO VII – JUSTIFICATIVA ORÇAMENTO SIGILOSO**

O caráter sigiloso do orçamento estimado para a presente contratação encontra respaldo no artigo 24 da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 54 do Decreto Municipal nº 15.595/2023, os quais autorizam que, desde que devidamente justificado, o orçamento possa ser mantido sob sigilo, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e demais informações necessárias à formulação das propostas.

No caso em tela, que trata da contratação de serviços de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços correlatos, a disponibilização de recursos de acessibilidade, o fornecimento dos softwares necessários e a integração dos setores por meio de Sistema de Gerenciamento Integrado, o sigilo orçamentário se justifica como medida apta a assegurar a obtenção de propostas mais vantajosas à Administração.

A divulgação prévia do orçamento estimado poderia induzir os potenciais licitantes a apresentarem propostas com valores artificialmente próximos ao montante previamente apurado pela Administração, sem a devida análise individualizada de seus custos operacionais, tecnológicos e de pessoal, especialmente considerando a natureza integrada e especializada dos serviços a serem contratados. Tal prática tende a reduzir a competitividade e pode comprometer a qualidade das propostas apresentadas.

Ressalta-se que o objeto envolve soluções tecnológicas, licenciamento de sistemas, integração entre setores e suporte técnico continuado, o que demanda estruturas distintas entre os licitantes, com variações relevantes de custos e metodologias. Nesse contexto, o sigilo do orçamento estimado estimula que cada licitante formule sua proposta com base em sua própria capacidade técnica, modelo de negócio e eficiência operacional, favorecendo a apresentação de preços mais realistas e exequíveis.

A medida contribui, portanto, para a observância dos princípios da eficiência, economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, além de mitigar riscos de propostas inexequíveis ou de baixa qualidade, que poderiam comprometer a execução contratual e a adequada implementação do sistema integrado pretendido pela Administração.

Importa destacar que o sigilo orçamentário não configura afronta ao princípio da publicidade (art. 37 da Constituição Federal), tratando-se de providência temporária e devidamente motivada, sendo o valor estimado divulgado ao final do certame, garantindo-se, assim, a transparência do procedimento e a plena atuação dos órgãos de controle.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

Dessa forma, considerando a relevância estratégica da contratação e a necessidade de assegurar maior competitividade, qualidade técnica das propostas e eficiência na aplicação dos recursos públicos, esta Coordenadoria informa que o orçamento previamente estimado permanecerá sigiloso durante a fase competitiva do certame, sem prejuízo de sua posterior divulgação aos órgãos de controle e demais interessados, ao final do procedimento licitatório.

Fortaleza, data da assinatura digital.

(assinatura digital)  
Ciro José Farias Câmara  
**Coordenador de Comunicação - Segov**



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

### ANEXO VIII – JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

A Administração Pública deve buscar a contratação que proporcione o melhor resultado para o interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade.

Nesse contexto, a definição do objeto da contratação deve considerar a solução mais adequada para atender às necessidades operacionais, de modo que a estrutura da licitação possibilite a seleção da proposta mais vantajosa.

No presente caso, o objeto refere-se à Contratação de serviços de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, a inclusão de recurso de acessibilidade, o fornecimento de todos os softwares adequadas ao ambiente de produção jornalística e de entretenimento, capazes de viabilizar a criação, organização e disponibilização do material produzido. O sistema requerido deve operar de forma integrada com o estúdio de exibição, com o controle mestre da emissora e com os colaboradores que atuam tanto internamente quanto de forma remota, garantindo fluxo de trabalho contínuo e eficiente, de acordo com as especificações e quantitativos especificados no Termo de Referência, observadas as normas vigentes., os quais possuem natureza predominantemente intelectual e técnica, sendo executados de forma integrada, contínua e interdependente.

Dessa forma, verifica-se que o objeto da contratação não comporta parcelamento, uma vez que a divisão da execução entre diferentes empresas poderia comprometer a uniformidade metodológica dos trabalhos, a coerência técnica das análises realizadas e a efetividade dos resultados esperados para operacionalização dos sistemas de jornalismo.

Ademais, a execução do serviço de exige acompanhamento contínuo das atividades e integração entre as etapas de trabalho, características que reforçam a necessidade de que os serviços sejam executados por uma única empresa contratada.

A eventual divisão do objeto poderia acarretar dificuldades na gestão e fiscalização contratual, além de gerar riscos de inconsistências operacionais e descontinuidade na integração de sistemas de videografismo, protocolos de segurança e acessos por dispositivos e sistemas de armazenamento.

Assim, considerando a natureza indivisível do objeto, bem como a necessidade de garantir a adequada execução dos serviços de consultoria, conclui-se que a contratação deverá ocorrer sem parcelamento do



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

objeto, de modo a assegurar maior eficiência técnica e operacional, padronização metodológica e melhor resultado para a Administração Pública.

Fortaleza, data da assinatura digital.

(Assinatura digital)  
Ciro José Farias Câmara  
**Coordenador de Comunicação - SEGOV**





EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ nº (número), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº (número) e do CPF nº (número), DECLARA, para os devidos fins, que:

1. Atua em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, transparência e ética;
2. Não oferece, promete, autoriza ou dá, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;
3. Não pratica atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
4. Não utiliza interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos;
5. Compromete-se a comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer tentativa de exigência de vantagem indevida por parte de agente público;
6. Cumpre e cumprirá integralmente a legislação aplicável, incluindo normas de prevenção à corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
7. Tem ciência de que a violação das disposições acima poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

**Local e data**

Nome do representante legal

Cargo

Assinatura

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO X – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**(Órgão/Entidade Contratante)**

Ref.: **Processo nº (número)**

**Pregão/Concorrência nº (número)**

A **empresa (nome da empresa)**, inscrita no **CNPJ nº (número)**, com sede à **(endereço completo)**, por intermédio de seu representante legal, apresenta sua proposta de preços para a **(objeto da contratação)**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos do edital, nos seguintes termos:

**1. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

Valor global: R\$ (valor numérico) (valor por extenso)

**2. DETALHAMENTO DOS PREÇOS**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	(descrever)	(unid.)	(quant.)	(R\$)	(R\$)
...	...	...	...	...	...

**3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

A presente proposta é válida por (mínimo de 60 dias ou conforme edital), contados da data de sua apresentação.

**4. DECLARAÇÕES**

Declaramos que:

- a) Nos preços propostos estão incluídos todos os custos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir;
- b) Estamos de acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- c) Cumpriremos integralmente as exigências do Termo de Referência;
- d) Não possuímos fatos impeditivos para participar do certame.

**Local e data**

Nome do representante legal

Cargo

Assinatura



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO XI - RELAÇÃO DO CÓDIGO DO CATSER UTILIZADO NO TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CÓDIGO DO GRUPO	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO CÓDIGO
3613675	SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETO, INSTALAÇÃO, LICENCIAMENTO DE SISTEMAS E SUPORTE TÉCNICO PARA A COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, A INCLUSÃO DE RECURSO DE ACESSIBILIDADE, O FORNECIMENTO DE TODOS OS SOFTWARES NECESSÁRIOS E A INTEGRAÇÃO DE TODOS OS SETORES ATRAVÉS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO.	SERVIÇO.	164	27081	Serviços de Integração de Sistemas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

**Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e do seu Termo de Referência.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO XII - MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_/ 202\_\_

Processo nº \_\_\_\_/ 202\_\_

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV, E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV**, situada na Rua São José, nº 01, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-170, inscrita no CNPJ sob o nº 17.479.459/0001-12, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário Executivo, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta capital, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, em (Município/UF), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_, têm entre si, de forma justa e acordada, a celebração do presente contrato, que se regerá pelas disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do Decreto Municipal nº 15.595/2023, além das demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos Decretos Municipais nº 15.595, de 22 de março de 2023, 15.604, de 28 de março de 2023, e 13.735, de 18 de janeiro de 2016, na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015, na Lei

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de execução de projeto, instalação, licenciamento de sistemas e suporte técnico para a coordenação de comunicação social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, incluindo a prestação de todos os serviços, a inclusão de recurso de acessibilidade, o fornecimento de todos os softwares necessários e a integração de todos os setores através do sistema de gerenciamento integrado, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Edital e deste Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

**3.1.** Este Contrato terá prazo de vigência de 05 (cinco) anos, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

**3.3.** Os prazos de execução e vigência admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuado em processo:

**I** - Alteração das especificações pela Contratante;

**II** - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;

**III** - Interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Contratante;

**IV** - Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos por lei;

**V** - Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**VI** - Omissão ou atraso de providências a cargo da Contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

**VII** – A critério do(a) contratante, em razão da discricionariedade e do interesse da administração pública.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**3.4.** O pedido de prorrogação de prazo deverá ser feito pela Contratada, por escrito, devidamente justificado, e dirigido à Contratante que, aceitando as razões, concederá a prorrogação por meio de Termo Aditivo.

**3.5.** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela Contratante, não serão considerados inadimplemento.

**3.6.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a natureza da prestação de serviço público com a qual se relaciona, qual seja o suporte na transmissão e a radiodifusão de TV em regime contínuo e ininterrupto com recurso de acessibilidade, o que está em direta sintonia com as atividades de comunicação social e transparência da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1.** A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo ao Edital nº \_\_\_\_\_.

**4.2.** O regime de execução contratual, os modelos de execução, gestão e fiscalização, assim como os prazos e as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital nº \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1.** Dá-se a este Contrato o preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), incluídos os preços unitários e totais das quantidades dos serviços constantes da proposta de preços da Contratada.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO, DO PAGAMENTO, DAS GLOSAS E DOS RECEBIMENTOS**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**6.1.** O pagamento da Contratada e as demais condições a ele referentes, inclusive quanto à formalização dos processos de medição, às questões de glosa e aos recebimentos formais do objeto por parte da Contratante, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital nº \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES**

**7.1.** Caberá à Contratante os compromissos descritos a seguir.

**I** - Previamente à celebração do Contrato, capacitar colaboradores designados para as gestão e fiscalização da avença.

**II** - Solicitar o efetivo início do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

**III** - Fornecer à CONTRATADA, modelos de documentação necessários ao correto desenvolvimento dos trabalhos, tais como: Ofício; Ata; e Solicitação de Informação.

**IV** - Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

**V** - Gerir e fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

**VI** - Prever Termo de Paralisação do Contrato por prazo de até 30 (trinta) dias, ao final da Etapa 2, enquanto o Relatório Preliminar de Avaliação estiver na sua posse para proceder manifestações.

**VII** - Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA.

**VIII** - Dirimir as dúvidas pela CONTRATADA com relação às particularidades do objeto.

**IX** - Revisar e aprovar os produtos entregues pela CONTRATADA.

**X** - Orientar e acompanhar a CONTRATADA nas medições, atestando, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitando aqueles que não estejam de acordo com o Contrato.

**XI** - Articular reuniões periódicas na Coordenadoria de Comunicação para o monitoramento das atividades.

**XII** - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

**XIII** - Aplicar as penalidades previstas em Lei e no Contrato.

**XIV** - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto.

**7.2.** Por sua vez, caberá à Contratada os compromissos descritos a seguir.

**I** - Providenciar o depósito da garantia contratual nas modalidades e condições previstas em Edital.

**II** - Entregar à Coordenaria de Comunicação, para aprovação e recebimento da Ordem de Serviço, o Plano de Trabalho, contemplando descrição pormenorizada de etapas, serviços, produtos, responsáveis e prazos de entrega, conforme as diretrizes traçadas na Reunião de Partida com a CONTRATANTE.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**III** - Executar os serviços em conformidade com o Edital e seus anexos, as orientações da Contratante e os demais instrumentos legais e técnicos atinentes.

**IV** - Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por qualquer dano ou falta que venha a cometer no desempenho de suas funções, podendo a Contratante solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.

**V** - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação.

**VI** - Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do CONTRATO, inclusive, as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

**VII** - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato.

**VIII** - Manter durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**IX** – Fornecer à CONTRATANTE as documentações produzidas durante a execução do objeto do Contrato.

**X** - Dispor de recursos para assegurar o bom andamento dos trabalhos, evitando interrupções e discontinuidades que prejudiquem o cumprimento dos prazos estabelecidos.

**XI** - Protocolar as medições dos serviços executados alinhados às orientações da CONTRATANTE.

**XII** - Observar as legislações vigentes que versam sobre contratações públicas, gestão de pessoas, gestão patrimonial, execução orçamentária e financeira, TIC, proteção de dados e gestão de riscos.

**XIII** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

**XIV** - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do CONTRATANTE.

**XV** – Resguardar o sigilo das informações/dados resultantes da execução do objeto desse contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LGPD**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**8.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**8.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

**9.1.** Será exigida garantia para a contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**9.2.** A CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo esse percentual ser elevado até 10% (dez por cento), caso haja justificativa técnica em razão da complexidade e dos riscos envolvidos na execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que praticar ato ilícito na forma do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, em especial quando ocorrer o que segue.

**I -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

**II -** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

**III -** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

**IV -** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

**V -** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**VI -** Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**VII -** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**IX** - Fraudar a licitação.

**X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**10.2.** O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

**10.3.** Serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa;

**III** - Impedimento de licitar e contratar;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**10.3.1.** A advertência, o impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**10.4.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses:

**I** - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

**II** - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

**10.4.1.** Considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

**10.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada na forma, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os parâmetros que seguem:

**I** - 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

**a)** Der causa à inexecução parcial do Contrato;

**b)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratual sem motivo justificado.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**II - 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:**

- a)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b)** Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, para aquele que:**

- a)** Der causa à inexecução total do contrato;
- b)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**§ 1º** Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

**§ 2º** Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**§ 3º** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

**§ 4º** Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**§ 5º** Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**§ 6º** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**§ 7º** Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**§ 8º** Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

**§ 9º** Decorrido o prazo previsto no §8º desta cláusula, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

**10.6.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

**10.6.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

**10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

**I** - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do artigo 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II** - der causa à inexecução total do contrato;

**III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**IV** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

**VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Parágrafo único.** A sanção prevista no item 10.7 impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**V** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**§ 1º** A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no item 10.8 também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**§ 2º** A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no item 10.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 3º** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

**10.9.** Poderão ser aplicadas, ainda, multas de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do Contrato, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**10.10.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica ou outra irregularidade havida no cumprimento do Contrato, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**10.11.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de utilização das informações/dados resultantes do processo de realização da avaliação independente, objeto desse contrato, com a finalidade de obter vantagem econômica ou outra irregularidade havida no cumprimento do Contrato, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**11.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**11.4.** Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**11.5.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** A extinção do Contrato poderá ser:

- I** - Determinada por ato unilateral da Contratante, nos casos enumerados na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;
- II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, desde que haja conveniência da Contratante;
- III** - judicial, nos termos da legislação.

**12.2.** Constituem motivos para a extinção do pacto os previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

**12.2.1.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III** - Indenizações e multas.

**12.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.5.** Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, através da seguinte dotação orçamentária:

- **Projeto Atividade:**

- **Elemento de despesa:**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

- Fonte de recurso:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**15.1.** As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**15.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**I - “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**II - “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**III - “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**IV - “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**V - “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**15.3.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**15.4.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Caberá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Diário Oficial do Município (DOM), em atenção ao artigo 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao artigo 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c artigo 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

**18.1.1.** Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**18.1.2.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**18.1.3.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: [licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br](mailto:licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br)



**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

**18.1.4.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir as questões que porventura surgirem durante a execução do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por assim terem justo e combinado o Contrato, ambas as partes firmam o presente Termo, com duas testemunhas que também o assinam, em duas vias de igual teor, distribuídas entre Contratante e Contratada para os efeitos legais.

Fortaleza/CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

- 1.
- 2.

**Visto da Coordenadoria Jurídica**

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil  
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

### ANEXO XIII - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira no presente procedimento licitatório tem por objetivo verificar a capacidade das empresas licitantes de cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, garantindo maior segurança à Administração Pública quanto à execução contratual.

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira poderá ser demonstrada mediante a análise das demonstrações contábeis da empresa, bem como por meio da verificação de índices contábeis que evidenciem sua situação financeira.

Nesse contexto, foram estabelecidos no edital os seguintes índices de capacidade financeira:

- ILC – Índice de Liquidez Corrente, com valor igual ou superior a 1,00, destinado a avaliar a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo, considerando a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante;
- ILG – Índice de Liquidez Geral, com valor igual ou superior a 1,00, que permite verificar a capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações financeiras, tanto de curto quanto de longo prazo;
- GE – Grau de Endividamento, com valor igual ou inferior a 1,00, indicador que demonstra o nível de comprometimento do patrimônio da empresa em relação ao total de suas obrigações.

A adoção desses índices busca assegurar que as empresas participantes possuam condições financeiras mínimas para executar satisfatoriamente o objeto da contratação, reduzindo riscos de inadimplemento, descontinuidade dos serviços ou dificuldades financeiras que possam comprometer a execução contratual.

Ressalta-se que os parâmetros estabelecidos refletem critérios amplamente utilizados na análise contábil e financeira das organizações, sendo considerados adequados e proporcionais à natureza do objeto da contratação, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

Dessa forma, conclui-se que os índices econômico-financeiros definidos no edital mostram-se compatíveis com as disposições legais e com as boas práticas de análise financeira, atendendo ao





**EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744**

interesse público e contribuindo para a seleção de empresas com capacidade econômico-financeira adequada à execução do contrato.

Fortaleza, data da assinatura digital.

(Assinatura digital)

Ciro José Farias Câmara

**Coordenador de Comunicação – SEGOV**



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO XIV – MODELO DE ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA  
DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

A

Prefeitura Municipal de Fortaleza

[Órgão/Unidade Demandante]

Ref.: [identificação da licitação]

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[●]**, por meio de seu representante legal ou responsável técnico abaixo identificado, realizou vistoria técnica nas instalações onde serão executados os serviços objeto da presente contratação.

A vistoria foi realizada em //\_\_\_\_, ocasião em que foram verificadas as condições locais, características operacionais, infraestrutura existente e demais elementos necessários à adequada formulação da proposta comercial.

Declaramos, ainda, que a empresa possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer aspectos que possam influenciar na execução contratual.

Fortaleza/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do representante da empresa

CPF:

Cargo:

Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria

Nome:

Matrícula:

Órgão:



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**  
**DECLARAÇÃO DE DISPENSA / NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

A

Prefeitura Municipal de Fortaleza

[Órgão/Unidade Demandante]

Ref.: [identificação da licitação]

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[●]**, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico abaixo assinado, DECLARA que optou por não realizar a vistoria técnica facultativa referente ao objeto da presente licitação.

Declara, ainda, para todos os fins, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela sua proposta e execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das condições locais, nem utilizar tal fato para pleitear quaisquer alterações contratuais, acréscimos de preços ou descumprimento de obrigações.

Fortaleza/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do representante da empresa

CPF:

Cargo:



EDITAL Nº 11493 | PROCESSO ADM. Nº P178623/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90168/2026 | UASG: 927744

**ANEXO XVI**

**JUSTIFICATIVA DA VISTORIA TÉCNICA**

A previsão de realização de vistoria técnica, constante do instrumento convocatório, fundamenta-se na necessidade de assegurar que as licitantes detenham pleno conhecimento das condições reais de execução do objeto, considerando a complexidade e especificidade da solução a ser contratada.

O objeto envolve a implantação, integração e operação de **sistema tecnológico integrado de comunicação institucional**, composto por múltiplos módulos interdependentes, incluindo a integração com ambientes de produção audiovisual, a exemplo da TV institucional do Município (TV Terra do Sol), além da instalação de infraestrutura tecnológica nas dependências da Administração.

Nesse contexto, a execução dos serviços depende diretamente de fatores locais, tais como:

- características da infraestrutura física e lógica existente;
- condições de rede, conectividade e segurança da informação;
- integração com sistemas já em operação;
- layout dos ambientes onde serão instaladas as estações de trabalho;
- especificidades do ambiente de produção audiovisual e fluxos operacionais da comunicação institucional.

A vistoria técnica mostra-se, portanto, **imprescindível para a adequada formulação das propostas**, uma vez que permite às licitantes avaliar, de forma precisa, os requisitos técnicos, operacionais e logísticos envolvidos na execução do objeto, reduzindo riscos de subdimensionamento, incompatibilidades técnicas e necessidade de ajustes posteriores.

Ressalte-se que a exigência observa o disposto no art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida em razão da **complexidade do objeto e da necessidade de conhecimento prévio das condições locais para sua adequada execução**.

Por fim, destaca-se que será facultada às licitantes a apresentação de **declaração de pleno conhecimento das condições de execução**, em substituição ao Termo de Vistoria, de modo a não restringir a competitividade do certame, mantendo-se, contudo, a responsabilidade da licitante quanto à formulação de sua proposta.

**Dessa forma, a previsão da vistoria técnica mostra-se necessária, proporcional e indispensável à adequada execução do objeto contratual.**

Atenciosamente,

*(Assinatura digital)*

Ciro José Farias Câmara

**Coordenador de Comunicação - SEGOV**



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número WIW6IATZ

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5493575 e código WIW6IATZ

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

**ASSINADO POR:**